

Adelcio Machado dos Santos

INTERCULTURALIDADE: *Senda para o Conhecimento*



2026

Adelcio Machado dos Santos

INTERCULTURALIDADE

senda para o conhecimento

1ª EDIÇÃO



SÃO LUÍS - 2026



EDITORA NOVUS

SÃO LUÍS - MA - 2026



WWW.EDITORANOVUS.COM.BR



EDITORANOVUS@GMAIL.COM

Diagramação e Edição

Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte

Romilson Carneiro Rodrigues

Conteudista

Adelcio Machado dos Santos © 2026

Normalização

José Marcelino Nascimento Veiga Júnior



© 2026 Copyright – Direitos reservados. A Editora Novus é detentora dos direitos autorais relativos à edição, diagramação e ao projeto gráfico da presente obra. Os autores permanecem titulares dos direitos autorais de seus respectivos textos. Esta publicação está licenciada sob a Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0), permitindo a reprodução, o download e o compartilhamento total ou parcial do conteúdo, desde que a fonte seja devidamente citada, com atribuição obrigatória de autoria, e que a obra seja disponibilizada exclusivamente em Acesso Aberto (Open Access). Não é permitida qualquer forma de alteração, adaptação ou modificação do conteúdo, bem como sua disponibilização em plataformas de acesso restrito ou com finalidade comercial.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S237i

Santos, Adelcio Machado dos

Interculturalidade: senda para o conhecimento. / Adelcio Machado dos Santos. – São Luís: Editora Novus, 2026.

71 f.: il. color.

Publicação digital (e-book) no formato PDF

ISBN: 978-65-84364-18-9

DOI: 10.29327/5780479

1. Interculturalidade. 2. Diálogo. 3. Conhecimento situado. 4. Educação crítica. 5. Inclusão. I. Título.

CDU: 37.013.43

Elaborado por José Marcelino Nascimento Veiga Júnior – CRB 13/320

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a Anali Linhares Lima
M.Sc. Alan Jefferson Lima de Moraes
Dr. André Leonardo Demaison Medeiros Maia
Dr^a Anna Christina Sanazario de Oliveira
Dr^a Aurea Maria Barbosa de Sousa
Dr^a Camila Pinheiro Nobre
Dr. Claudio Alves Benassi
Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua
Dr^a Claudiene Diniz da Silva
Dr. Diogo Guagliardo Neves
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira
Dr^a Elba Pereira Chaves
Dr. Elmo de Sena Ferreira Junior
M.Sc. Érica Mendonça Pinheiro
Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda
M.Sc. Fernanda Tabita Barroso Zeidan
Dr. George Alberto da Silva Dias
Dr^a Gerbeli de Mattos Salgado Mochel
Dr^a Giselle Cutrim de Oliveira Santos
Dr^a Herlane de Olinda Vieira Barros
Dr^a Ivete Furtado Ribeiro Caldas
M.Sc. José Carlos Durans Pinheiro
M.Sc. Josiney Farias de Araújo

M.Sc. Julianno Pizzano Ayoub
Dr. Leonardo França da Silva
M.Sc. Lucianna Serfaty de Holanda
Dr^a Luciara Bilhalva Corrêa
Dr^a Luana Martins Cantanhede
Dr^a Maria Raimunda Chagas Silva
Dr^a Marina Bezerra Figueiredo
M.Sc. Mayanne Camara Serra
Dr^a Michela Costa Batista
Dr. Moisés dos Santos Rocha
Dr^a Priscila Xavier de Araújo
M.Sc. Ramaiany Carneiro Mesquita
Dr^a Rita de Cássia Silva de Oliveira
M.Sc. Rosany Maria Cunha Aranha
Dr. Saulo José Figueiredo Mendes
Dr^a Samantha Ariadne Alves de Freitas
Dr^a Sandra Imaculada Moreira Neto
M.Sc. Shirley Ribeiro Carvalho
Dr^a Sinara de Fátima Freire dos Santos
M.Sc. Tatiana Mendes Bacellar
Dr^a Thais Roseli Corrêa
Dr^a Thalita Karolline de Queiroz Pereira
M.Sc. Victor Crespo de Oliveira
Dr. Wellinton de Assunção
Dr. William de Jesus Ericeira Mochel Filho

Acesse www.editoranovus.com.br/corpo-editorial-2/ para conhecer os membros do Corpo Editorial

Parecer editorial e avaliação por pares

Os trabalhos que integram esta obra foram submetidos à apreciação do Conselho Editorial da Editora Novus e avaliados por pareceristas externos, por meio do sistema de revisão por pares (peer review), tendo sido considerados aptos para publicação.

Nota editorial: Trata-se de uma produção de caráter independente, na qual os direitos autorais permanecem sob a titularidade de seus respectivos autores. Eventualmente, alguns textos podem apresentar desdobramentos de pesquisas, comunicações ou trabalhos acadêmicos previamente apresentados ou defendidos, cabendo aos autores a observância rigorosa das boas práticas acadêmicas, especialmente no que se refere à prevenção do autoplágio. O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos autores, não refletindo, necessariamente, o posicionamento da Editora Novus, dos organizadores, dos revisores ou dos membros do Conselho Editorial.

Livro dedicado a
Raul Denis Pixius

“A compreensão humana exige a compreensão da
unidade na diversidade e da diversidade na unidade”
(MORIN, 2005, p. 55).

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. 4.
ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

AUTOR



O Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos é sociólogo (MT/SC 222) e economista (CORECON/SC 3840).

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Mestre em Relações Internacionais. Bacharel em Sociologia e Ciências Econômicas.

Milita nas seguintes áreas de pesquisa: Economia Política Internacional, Sociologia do Desenvolvimento, Gestão Urbana, Filosofia da Psicanálise, Saúde Coletiva e Desenvolvimento Rural .

Ex-Reitor, coordenador de curso, vogal da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e de Núcleos Docentes Estruturante (NDE).

Em Santa Catarina, integrou os Conselhos Estaduais de Educação, Cultura e Desportos em Santa Catarina, bem como militou no "staff" da Assembleia Constituinte de Santa Catarina, Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Tribunal de Contas de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação e Secretaria de Estado da Fazenda.

Avaliador científico de projetos, eventos, editoras e periódicos.

Consultor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) e da Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).

Vogal das seguintes instituições: Associação Keynesiana Brasileira (AKB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Administração (ANPAD), Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito (CONPEDI), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Estudos de Lazer (ANPEL), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR), Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Música (ANPPOM) e Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Artes Cênicas. (ABRACE).

Registrado nas seguintes organizações de controle corporativo/SC: CORECON, CREA, CRA, CRQ, CONRERP, OAB, CRECI, OMB, CRBio, MT.

Deu a lume a 102 livros, 186 capítulos de livros e 448 artigos científicos.

PREÂMBULO

Prof. Dr. Adelcio Machado dos Santos

Isagógicamente, o livro nasce da convicção de que o conhecimento não se constrói em linhas retas nem em territórios isolados, mas no encontro, por vezes tenso e sempre fecundo, entre culturas, saberes, histórias e experiências humanas diversas. “Interculturalidade – Senda para o Conhecimento” propõe-se como um convite à travessia: uma senda que não promete respostas prontas, mas oferece caminhos de diálogo, escuta e reconhecimento mútuo. Em um mundo marcado por profundas desigualdades, deslocamentos humanos, conflitos simbólicos e disputas de narrativas, refletir sobre a interculturalidade deixa de ser apenas um exercício teórico para tornar-se uma exigência ética, política e pedagógica. Este livro parte do entendimento de que toda produção de conhecimento é situada e atravessada por valores, visões de mundo e relações de poder, e que somente ao reconhecer essa condição é possível avançar rumo a práticas mais justas e inclusivas.

Destarte, ao longo da história, determinados saberes foram legitimados como universais, enquanto outros foram silenciados, marginalizados ou considerados inferiores. A interculturalidade, tal como aqui compreendida, não se limita à coexistência pacífica entre culturas, tampouco a um relativismo que tudo iguale. Trata-se, antes, de um processo crítico de interação, no qual as diferenças são reconhecidas, problematizadas e colocadas em relação, sem hierarquias pré-estabelecidas. Essa perspectiva exige abertura para o diálogo, disposição para a autocrítica e coragem para revisar certezas consolidadas. Exige também compreender que o conhecimento se amplia quando acolhe vozes plurais, especialmente aquelas historicamente excluídas dos espaços formais de produção intelectual.

Em última análise, urge se inquietar em face dos reptos contemporâneos e acreditar no potencial transformador da educação e da reflexão crítica. A senda proposta não é simples nem confortável. Implica reconhecer conflitos, assimetrias e tensões que atravessam as relações interculturais, especialmente em contextos marcados pelo colonialismo, pelo racismo estrutural e por desigualdades socioeconômicas persistentes.

No entanto, é precisamente nesse terreno complexo que se abrem possibilidades de aprendizagem significativa e de construção de novos horizontes de sentido.

“Interculturalidade – Senda para o Conhecimento” assume que aprender com o outro não significa abdicar da própria identidade, mas ampliá-la. O encontro intercultural, quando pautado pelo respeito e pela escuta, permite que sujeitos e coletividades revisitem suas narrativas, ressignifiquem práticas e construam conhecimentos mais abrangentes e contextualizados. Nesse processo, a educação desempenha papel central, não como mera transmissão de conteúdos, mas como espaço de formação crítica, sensível às diferenças e comprometida com a dignidade humana.

Em epítome, ao propor esta reflexão, o livro também convida o leitor a deslocar-se de posições confortáveis e a percorrer caminhos ainda não trilhados. A interculturalidade é apresentada como uma prática em constante construção, que se renova a cada encontro e se reinventa diante dos desafios do presente. Não se trata de um fadário, mas de uma caminhada contínua, na qual o conhecimento se constrói coletivamente, a partir do diálogo entre saberes acadêmicos, populares, tradicionais e experiências de vida.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
<i>SINOLOGIA: a premência das universidades brasileiras na implantação de Centro de Estudos Chineses</i>	
CAPÍTULO 2.....	26
<i>IRANOLOGIA: uma reflexão sobre a necessidade de atenção e aprofundamento da pesquisa</i>	
CAPÍTULO 3.....	41
<i>RELAÇÕES PÚBLICAS: compreensão sobre a sua função estratégica</i>	
CAPÍTULO 4	55
<i>ENTRE CRENÇAS E VALORES: o diálogo interreligioso como um mecanismo de paz na sociedade</i>	

**SINOLOGIA: a premência das
universidades brasileiras na
implantação de Centro de Estudos
Chineses**

RESUMO: O presente artigo analisa a relevância estratégica da implantação de Centros de Estudos Chineses nas universidades brasileiras, considerando a ascensão global da China e a necessidade de ampliação das relações acadêmicas, científicas e culturais entre os dois países. Parte-se da compreensão da Sinologia como campo interdisciplinar, histórico e epistemologicamente plural, discutindo suas origens, transformações e desafios contemporâneos. Examina-se, ainda, o estado da arte dos estudos chineses no Brasil e a carência de estruturas institucionais voltadas à pesquisa e à cooperação internacional nessa área. A partir de uma perspectiva crítica, argumenta-se que as universidades públicas, federais e comunitárias representam ambientes privilegiados para o desenvolvimento de políticas de internacionalização voltadas ao fortalecimento da diplomacia científica, da interculturalidade e da descolonização do conhecimento. Conclui-se que a criação de centros sinológicos no país constitui não apenas um passo para a inserção do Brasil em redes globais de saber, mas também um movimento de reequilíbrio epistêmico que favorece o diálogo entre civilizações e a construção de uma ciência verdadeiramente plural e cooperativa.

Palavras-chave: sinologia; cooperação internacional; diplomacia científica; universidades brasileiras.

ABSTRACT: This article analyzes the strategic relevance of establishing Chinese Studies Centers in Brazilian universities, considering China's global rise and the need to expand academic, scientific, and cultural relations between the two countries. It approaches Sinology as an interdisciplinary, historical, and epistemologically plural field, discussing its origins, transformations, and contemporary challenges. The paper examines the current state of Chinese studies in Brazil and the lack of institutional structures dedicated to research and international cooperation in this area. From a critical standpoint, it argues that public, federal, and community universities are privileged spaces for developing internationalization policies aimed at strengthening scientific diplomacy, intercultural dialogue, and the decolonization of knowledge. It concludes that the creation of Sinological centers in Brazil represents not only a step toward integrating the country into global knowledge networks but also an epistemic rebalancing movement that fosters dialogue between civilizations and the construction of a truly plural and cooperative science.

Keywords: sinology; international cooperation; scientific diplomacy; brazilian universities.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a República Popular da China consolidou-se como uma das principais potências econômicas, científicas e tecnológicas do século XXI, ocupando papel central na reconfiguração do sistema internacional. Esse protagonismo chinês não se limita ao campo econômico: ele se estende às dimensões culturais, acadêmicas e diplomáticas, configurando o que Nye (2004) denomina *soft power* — a capacidade de exercer influência por meio da cultura, da educação e da cooperação internacional. Nesse cenário, compreender a complexidade histórica, filosófica e política da China contemporânea tornou-se um imperativo estratégico para os países que buscam ampliar seus horizontes de inserção global, entre os quais o Brasil ocupa posição de destaque.

Entretanto, observa-se no contexto brasileiro uma lacuna significativa no que se refere à institucionalização dos Estudos Chineses — ou Sinologia — como campo de pesquisa estruturado no ensino superior. Apesar do crescimento do intercâmbio econômico e diplomático entre Brasil e China desde o início dos anos 2000, o número de iniciativas acadêmicas voltadas para a compreensão sistemática da sociedade chinesa ainda é reduzido, disperso e, em grande parte, dependente de parcerias isoladas. Tal ausência reflete não apenas a falta de investimento em internacionalização científica, mas também a persistência de um olhar eurocêntrico que limita a incorporação de epistemologias e cosmologias não ocidentais na formação universitária brasileira.

A Sinologia, entendida como o campo interdisciplinar que se dedica ao estudo da história, filosofia, língua, cultura e pensamento político da China, constitui uma área consolidada em diversas partes do mundo, especialmente na Europa, nos Estados Unidos e em países asiáticos vizinhos. Nessas regiões, centros de estudos chineses atuam como pontes culturais e científicas, fomentando o diálogo intercivilizacional e a produção de conhecimento comparado. No Brasil, contudo, esse movimento ainda é incipiente. A carência de centros especializados, programas permanentes e redes de pesquisa estruturadas em torno da temática chinesa evidencia a necessidade de uma agenda nacional para o fortalecimento da Sinologia como campo de saber estratégico.

A ausência de um ecossistema acadêmico robusto dedicado à China também representa um obstáculo ao aprofundamento das relações bilaterais. Embora o comércio entre Brasil e China tenha atingido níveis recordes, a compreensão mútua entre as sociedades permanece limitada, o que fragiliza a cooperação em áreas como ciência, tecnologia, cultura e educação. Como observa Jabbour (2020), a consolidação de uma parceria efetiva entre os dois países exige não apenas acordos econômicos, mas também a construção de pontes simbólicas e intelectuais capazes de promover um entendimento mais amplo da realidade chinesa.

Nesse contexto, as universidades brasileiras — em especial as públicas, federais e comunitárias, emergem como espaços estratégicos para a institucionalização de Centros de Estudos Chineses. Tais centros podem desempenhar múltiplas funções: promover o ensino da língua e cultura chinesa; fomentar pesquisas comparadas nas ciências humanas, sociais e tecnológicas; e estabelecer redes de cooperação com instituições acadêmicas chinesas. Mais do que um gesto de internacionalização, trata-se de uma política de soberania intelectual e de ampliação da diversidade epistemológica na produção de conhecimento nacional.

Assim sendo, o presente artigo parte, portanto, da hipótese de que a criação e consolidação de Centros de Estudos Chineses nas universidades brasileiras é condição necessária para o fortalecimento da diplomacia acadêmica e científica do país. Busca-se, assim, discutir a Sinologia enquanto campo de conhecimento, suas bases epistemológicas e culturais, o estado da arte dos estudos chineses no Brasil, e as possibilidades de integração com as políticas de internacionalização e cooperação Brasil-China.

Metodologicamente, o estudo baseia-se em revisão bibliográfica e análise documental de fontes nacionais e internacionais, incluindo políticas públicas de educação, acordos de cooperação e experiências exitosas de institucionalização da Sinologia em outros países latino-americanos. A abordagem é qualitativa e exploratória, com ênfase na identificação de potencialidades e desafios para a criação de centros acadêmicos dedicados ao estudo da China.

O artigo está estruturado em seis seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta a Sinologia como campo de conhecimento, discutindo sua trajetória e consolidação enquanto área interdisciplinar. Na terceira, exploram-se as perspectivas epistemológicas e culturais dos Estudos Chineses, com enfoque no pensamento clássico e na mediação intercultural. A quarta seção mapeia o estado da arte dos estudos chineses no Brasil, identificando iniciativas e lacunas institucionais. Na quinta, discutem-se as políticas de internacionalização e cooperação Brasil-China, destacando programas e instrumentos de diplomacia acadêmica. A sexta seção analisa o papel das universidades públicas, federais e comunitárias como polos de cooperação e discute os impactos esperados da criação de Centros de Estudos Chineses. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais conclusões e propõem caminhos para o fortalecimento da Sinologia no Brasil.

2 A SINOLOGIA COMO CAMPO DE CONHECIMENTO

A Sinologia, em sua acepção mais ampla, constitui-se como o campo interdisciplinar dedicado ao estudo sistemático da civilização chinesa, abrangendo suas dimensões linguísticas, filosóficas, históricas, literárias, políticas e culturais. Seu surgimento está intimamente ligado ao encontro entre o pensamento europeu e a tradição intelectual chinesa, mediado inicialmente por missionários, comerciantes e diplomatas, e consolidado ao longo dos séculos XVII e XVIII, sobretudo no contexto da expansão colonial e da curiosidade científica europeia pelo Oriente. Como observa Fairbank (1992), a Sinologia nasceu como uma prática de tradução e interpretação da alteridade, marcada tanto pelo fascínio quanto pela incompreensão do Ocidente diante da complexidade da China.

Historicamente, os estudos sinológicos floresceram na Europa a partir do trabalho dos missionários jesuítas, que desempenharam papel central na mediação cultural entre os dois mundos. Nomes como Matteo Ricci e Nicolas Trigault destacam-se por introduzirem o pensamento confucionista à elite intelectual europeia, estabelecendo uma primeira ponte epistemológica entre as tradições filosóficas oriental e ocidental (Mungello, 2009). Na França, o desenvolvimento da Sinologia como disciplina autônoma deu-se no século XIX com o sinólogo Jean-Pierre Abel-Rémusat, primeiro professor de chinês no Collège de France, consolidando o caráter filológico e histórico dos estudos sobre a China. Na mesma

época, surgiram escolas sinológicas na Alemanha, Inglaterra e Rússia, impulsionadas pelo interesse crescente do Ocidente em compreender — e, em muitos casos, controlar — o Oriente (Said, 1978).

O século XX marcou uma transição paradigmática da Sinologia clássica, centrada na filologia e na tradução de textos antigos, para uma Sinologia contemporânea de caráter interdisciplinar e científico. Essa mudança foi fortemente influenciada por centros acadêmicos dos Estados Unidos, como Harvard e Stanford, que integraram os estudos sobre a China às ciências sociais, à economia e à ciência política, consolidando um campo de estudos asiáticos com enfoque comparado (Fairbank, 1992; Cohen, 1984). Conforme assinala Spence (1990), a Sinologia moderna deslocou-se da mera exegese textual para a análise histórica e sociológica das transformações da sociedade chinesa, acompanhando o processo de modernização e revolução do século XX.

No entanto, é importante reconhecer que a Sinologia, enquanto campo epistemológico, foi historicamente moldada por paradigmas eurocêntricos e colonialistas. Said (1978), ao formular a crítica ao orientalismo, demonstrou que o conhecimento sobre o “Oriente” foi frequentemente utilizado como instrumento de dominação simbólica, reforçando hierarquias culturais e epistemológicas. No caso da China, esse processo manifestou-se em interpretações reducionistas que tendiam a exaltar a “exotização” e a “diferença radical” do pensamento chinês, em detrimento de seu valor universal. Nesse sentido, autores contemporâneos como Weiming (2010) e Cheng (2008) defendem a necessidade de reconstruir a Sinologia sob uma perspectiva intercultural e pós-eurocêntrica, na qual o pensamento chinês possa dialogar em pé de igualdade com outras tradições filosóficas e científicas.

A partir do final do século XX, com a emergência da China como potência global, a Sinologia passou por um processo de revalorização e ressignificação. O interesse acadêmico voltou-se não apenas para o estudo do passado clássico, mas também para a compreensão da China contemporânea e de suas formas de modernidade. Gernet (1999) e Cheng (2008) destacam que a tradição intelectual chinesa, longe de ser um resquício do passado, continua a informar profundamente o ethos cultural e político do país. O confucionismo, o taoísmo e o pensamento legalista, reinterpretados em novas bases, oferecem subsídios teóricos para compreender a organização social e a racionalidade política da China atual (Bell, 2015).

A Sinologia contemporânea, portanto, configura-se como um campo híbrido e dinâmico, situado na confluência entre as ciências humanas, sociais e culturais. Seu objeto de estudo abrange tanto as matrizes filosóficas e históricas da civilização chinesa quanto as dinâmicas de sua inserção global. Como sublinha Cheng (2008), estudar a China implica reconhecer a especificidade de suas categorias de pensamento — *li, qi, dao, ren, yi* — e ao mesmo tempo compreender sua universalidade como expressão de uma racionalidade alternativa. Essa abordagem demanda uma epistemologia comparada, que supere o dualismo entre Ocidente e Oriente e permita o diálogo horizontal entre sistemas de conhecimento.

No plano institucional, a Sinologia consolidou-se em diversas universidades ao redor do mundo, articulando redes internacionais de pesquisa e programas de cooperação. Centros de excelência como o *Harvard-Yenching Institute*,

o *SOAS University of London* e o *Collège de France* tornaram-se referências na formação de sinólogos e pesquisadores especializados. Paralelamente, na China, instituições como a Universidade de Pequim e a Universidade de Fudan vêm fortalecendo o intercâmbio acadêmico e a produção científica em parceria com outros países, num movimento de “re-sinização” do conhecimento global (Tu, 2010).

Contemporaneamente, a Sinologia assume também uma dimensão geopolítica. O estudo da China deixou de ser um interesse puramente cultural para se tornar uma necessidade estratégica. Como observa Jabbour (2020), compreender a lógica civilizatória e o pensamento político chinês é fundamental para interpretar o reposicionamento da China no sistema mundial. Dessa forma, a Sinologia deixa de ser um campo exótico ou periférico e passa a integrar o núcleo dos estudos de relações internacionais, desenvolvimento econômico e diplomacia científica.

Cabe então destacar que a Sinologia, ao propor um diálogo entre epistemologias distintas, contribui para a ampliação da pluralidade cognitiva e para a descolonização do pensamento acadêmico. Jabbour (2020) observa que o reconhecimento do valor da tradição intelectual chinesa abre espaço para uma ciência mais inclusiva, que reconhece a legitimidade de diferentes modos de produção de conhecimento. Nesse sentido, a institucionalização da Sinologia nas universidades brasileiras não representa apenas uma oportunidade de internacionalização, mas uma estratégia de fortalecimento epistemológico e cultural, capaz de inserir o Brasil em um diálogo mais equilibrado com a Ásia e com o mundo.

3 PERSPECTIVAS EPISTEMOLÓGICAS E CULTURAIS DOS ESTUDOS CHINESES

A reflexão sobre as perspectivas epistemológicas e culturais dos Estudos Chineses requer compreender a complexa tessitura de sua tradição intelectual, bem como os modos pelos quais a China constrói e expressa sua racionalidade própria. Diferentemente da epistemologia ocidental, centrada na lógica da abstração e da dicotomia sujeito–objeto, o pensamento chinês desenvolveu-se sob uma lógica relacional e holística, em que o conhecimento é concebido como um processo dinâmico de harmonia entre os elementos da natureza, da sociedade e do cosmos (Cheng, 2008). Nesse sentido, a epistemologia chinesa constitui uma forma singular de organizar o saber e interpretar o mundo, baseada em categorias simbólicas que integram filosofia, ética e estética em um mesmo horizonte de sentido.

A tradição filosófica chinesa, alicerçada em matrizes como o confucionismo, o taoísmo, o legalismo e o budismo sinizado, oferece uma base teórica para compreender o caráter próprio da racionalidade chinesa. O confucionismo, sistematizado a partir dos *Analectos* de Confúcio (Kongzi), enfatiza a centralidade da moralidade, da virtude e da harmonia social (*he*), construindo uma epistemologia ética do saber. O conhecimento, nesse contexto, não é um fim em si mesmo, mas um meio de aperfeiçoamento humano e coletivo. Conforme Tu Weiming (2010), o confucionismo propõe uma “antropocosmologia” em que a humanidade e o cosmos estão intrinsecamente interligados, e o saber emerge da prática reflexiva e da autorregulação moral. Essa visão contrasta com o paradigma car-

tesiano da modernidade ocidental, ao colocar a ética como eixo estruturante do conhecimento.

Por outro lado, o taoísmo, expresso na obra de Laozi e no *Dao De Jing*, introduz uma dimensão metafísica e intuitiva do conhecimento, centrada no princípio do *Dao* (o Caminho), entendido como a totalidade indeterminada e em permanente transformação que governa o universo (Gernet, 1999). O saber, na perspectiva taoísta, deriva da observação dos fluxos naturais e da não-intervenção forçada — o *wu wei* —, princípio que valoriza a espontaneidade e a adaptação. Cheng (2008) interpreta essa epistemologia como uma “razão ecológica”, em que o ser humano aprende ao imitar a fluidez do cosmos e ao reconhecer os limites de sua racionalidade discursiva. Assim, o conhecimento chinês não busca dominar a natureza, mas coexistir com ela em um equilíbrio dinâmico.

O legalismo, por sua vez, como tradição política e pragmática, introduz uma racionalidade instrumental que contrasta com a ética confucionista. Formulado por Han Feizi, o legalismo sustenta que a ordem social depende da aplicação rigorosa das leis (*fa*) e do controle do poder (*shi*). Embora muitas vezes interpretado como uma corrente autoritária, o legalismo revela uma epistemologia política voltada à eficiência administrativa e à estabilidade do Estado, fundamentos que ainda influenciam a racionalidade política chinesa contemporânea (Bell, 2015). A coexistência dessas tradições — confucionismo, taoísmo e legalismo — demonstra o caráter plural e dialético da epistemologia chinesa, que não elimina as contradições, mas as harmoniza sob o princípio da complementaridade (*yin-yang*).

Do ponto de vista cultural, os Estudos Chineses configuram um campo de mediação intercultural, no qual o processo de tradução desempenha papel central. Traduzir o pensamento chinês para categorias ocidentais implica enfrentar o desafio da incomensurabilidade conceitual, uma vez que muitas noções fundamentais, como *ren* (benevolência), *li* (rito, ordem moral), *dao* (caminho) e *qi* (energia vital), não encontram equivalentes exatos nas línguas europeias (Hansen, 2000). Segundo François Jullien (2008), a tradução filosófica entre China e Ocidente é sempre um exercício de deslocamento e reinvenção, em que o tradutor deve transitar entre mundos conceituais distintos, evitando a redução de uma lógica à outra. Essa mediação é também um ato epistemológico, pois revela os limites da universalidade do pensamento ocidental e abre espaço para novas formas de racionalidade.

A relação entre epistemologia chinesa e pensamento ocidental tem sido, historicamente, marcada por tensões e assimetrias. Durante o período colonial e moderno, a Sinologia foi frequentemente enquadrada sob a ótica orientalista (Said, 1978), que interpretava o Oriente como objeto exótico e passivo de observação. Contudo, as transformações contemporâneas das ciências humanas e sociais, bem como o avanço da perspectiva decolonial, vêm permitindo o reconhecimento da pluralidade epistêmica e o reposicionamento da China como sujeito produtor de conhecimento. A teoria decolonial latino-americana, representada por autores como Mignolo (2003) e Quijano (2005), fornece um referencial útil para compreender a necessidade de romper com as hierarquias cognitivas do eurocentrismo e construir um diálogo Sul-Sul entre epistemologias não hegemônicas.

Nesse horizonte, a Sinologia e os Estudos Chineses contemporâneos convergem com o projeto das epistemologias do Sul (Santos, 2010), ao propor a co-

existência de múltiplas racionalidades e modos de conhecer. Ao reconhecer a China como portadora de uma racionalidade própria, fundamentada em valores civilizatórios milenares, amplia-se a compreensão do conhecimento como fenômeno culturalmente situado e relacional. A interculturalidade, nesse contexto, não é mera troca de informações, mas um processo de tradução de mundos e ontologias distintas.

Além disso, o estudo da cultura chinesa contemporânea revela como a tradição e a modernidade coexistem de modo dialético. A revitalização do confucionismo, observada nas últimas décadas, demonstra que a tradição não é um vestígio do passado, mas uma fonte ativa de legitimidade e inovação social (Tu, 2010). A política cultural da China atual, ao articular herança clássica e desenvolvimento tecnológico, reflete uma epistemologia que valoriza a continuidade e a síntese — características que contrastam com o paradigma ocidental de ruptura e linearidade histórica.

4 O ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS CHINESES NO BRASIL

O campo dos Estudos Chineses no Brasil, também denominado Sinologia brasileira, tem passado por uma notável expansão nas últimas décadas, acompanhando o crescente protagonismo da China na economia, na política e na cultura mundial (Almeida; Gonçalves, 2023). Contudo, essa expansão ocorre de forma heterogênea, marcada por assimetrias institucionais, lacunas epistemológicas e desafios na consolidação de uma tradição autônoma de pesquisa. O estado da arte dos Estudos Chineses no Brasil reflete, portanto, tanto o amadurecimento de uma área interdisciplinar em formação quanto os limites estruturais e cognitivos que ainda condicionam sua produção científica.

Historicamente, o interesse brasileiro pela China esteve associado a perspectivas diplomáticas e econômicas. Até meados do século XX, predominava uma abordagem eurocêntrica e distante, centrada em relatos de viajantes, missionários e diplomatas, sem constituição de um campo acadêmico sistemático (Cardoso, 2011). A abertura diplomática sino-brasileira, iniciada na década de 1970 com o reconhecimento oficial da República Popular da China em 1974, representou o marco inicial de uma aproximação institucional que, nas décadas seguintes, geraria desdobramentos acadêmicos significativos (Mello, 2015).

A partir dos anos 2000, a intensificação das relações econômicas e políticas entre Brasil e China — especialmente após a criação do grupo BRICS — motivou a expansão de estudos voltados à política externa, comércio e desenvolvimento. Nesse contexto, os Estudos Chineses começaram a ganhar densidade nas universidades públicas e centros de pesquisa, ainda que com ênfases distintas. O Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (IREL/UnB), o Núcleo de Estudos Asiáticos da Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Centro de Estudos da China e Ásia-Pacífico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) figuram entre os pioneiros na institucionalização de grupos voltados à pesquisa sobre a China (Cabral, 2018).

Contudo, observa-se que a Sinologia brasileira, diferentemente da tradição europeia ou norte-americana, desenvolveu-se de modo tardio e pragmático, fortemente orientado pelas demandas políticas e econômicas. Tal característica reflete uma “dependência epistemológica” (Quijano, 2005) das matrizes teóricas

ocidentais, nas quais a China é frequentemente interpretada como objeto de estudo externo e não como sujeito de produção teórica. Assim, apesar dos avanços institucionais, o campo ainda carece de uma epistemologia própria, capaz de articular as especificidades culturais, filosóficas e civilizacionais chinesas com os referenciais latino-americanos de pensamento crítico (Mignolo, 2003; Santos, 2010).

No âmbito linguístico e cultural, o fortalecimento do ensino do mandarim e a criação dos Institutos Confúcio no Brasil, atualmente presentes em universidades como a Unesp, a UFRGS, a PUC-Rio e a UnB, contribuíram para a ampliação do interesse pela cultura chinesa e pela formação de novos especialistas (Cabral; Riva, 2021). Esses espaços têm desempenhado papel relevante na difusão da língua e na mediação cultural, embora não estejam isentos de críticas quanto à autonomia acadêmica e à influência institucional do governo chinês. De acordo com Oliveira (2020), a presença dos Institutos Confúcio, ainda que estratégica para o intercâmbio cultural, deve ser acompanhada de uma política nacional de pesquisa independente, de modo a evitar a reprodução de visões diplomáticas ou instrumentais.

Nas ciências humanas e sociais, há uma crescente diversificação temática. Além das áreas de Relações Internacionais e Economia Política, têm surgido pesquisas em Comunicação, Filosofia, Educação e Ciência da Informação, abordando a China a partir de perspectivas interculturais, epistemológicas e tecnológicas. Estudos recentes têm explorado, por exemplo, as transformações digitais da sociedade chinesa, o modelo civilizacional do “socialismo com características chinesas”, o papel da inteligência artificial e as dimensões culturais da diplomacia midiática chinesa (Pereira, 2022). Essa interdisciplinaridade indica um amadurecimento teórico, mas também revela a dispersão metodológica e a ausência de marcos conceituais unificadores no contexto brasileiro.

Em termos bibliográficos, observa-se um aumento expressivo de publicações sobre a China em periódicos científicos brasileiros a partir da década de 2010. O Portal de Periódicos da CAPES e a SciELO registram um crescimento contínuo de artigos relacionados à China, embora a maioria ainda provenha das áreas de Economia e Relações Internacionais (Almeida; Gonçalves, 2023). Há, portanto, uma concentração temática que limita o desenvolvimento de linhas de pesquisa voltadas à filosofia, história das ideias e epistemologia chinesa — campos centrais na tradição sinológica clássica (Cheng, 2008; Gernet, 1999). Essa lacuna reforça a necessidade de construir um diálogo mais profundo entre a Sinologia e os Estudos Culturais, incorporando dimensões simbólicas e civilizatórias à análise das transformações contemporâneas.

O avanço das parcerias acadêmicas entre Brasil e China também tem promovido novas possibilidades. O Acordo de Cooperação Educacional firmado em 2017 e o incremento dos programas de intercâmbio da Capes e do CNPq com universidades chinesas, como a Peking University e a Fudan University, vêm contribuindo para a formação de quadros bilíngues e a realização de pesquisas comparativas. Contudo, essas iniciativas ainda enfrentam desafios de tradução cultural e de assimetria epistemológica. Como ressalta Dussel (2013), o diálogo intercultural só é possível quando as partes reconhecem reciprocamente suas tradições de racionalidade e suas linguagens próprias do saber.

No campo da Comunicação e da Cultura, novas abordagens têm emergido

a partir da análise da presença chinesa na América Latina. Pesquisas sobre *soft power*, cinema, mídias digitais e diplomacia cultural revelam como a China projeta suas narrativas civilizatórias e como o Brasil as interpreta (Silva, 2021). Essas investigações contribuem para desconstruir estereótipos orientalistas e ampliar o entendimento sobre as múltiplas formas de expressão e mediação cultural chinesa no contexto global.

Em termos gerais, Silva (2021) compreende que o estado da arte dos Estudos Chineses no Brasil pode ser caracterizado por quatro dimensões fundamentais: (1) o crescimento institucional e linguístico, com a criação de núcleos e cursos dedicados ao tema; (2) a diversificação temática e interdisciplinar; (3) a persistência de lacunas epistemológicas e teóricas; e (4) a necessidade de maior integração internacional e regional. O desafio atual consiste em consolidar uma Sinologia brasileira que vá além da tradução e da interpretação externa da China, desenvolvendo um pensamento próprio e situado, capaz de dialogar criticamente com a tradição chinesa e com as epistemologias do Sul.

5 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E COOPERAÇÃO BRASIL-CHINA

A cooperação entre Brasil e China tem se consolidado como uma das mais dinâmicas e estratégicas parcerias do século XXI, abarcando dimensões econômicas, políticas, culturais, científicas e tecnológicas. No campo da educação superior e da pesquisa, essa relação assume contornos particularmente relevantes, pois articula os processos de internacionalização acadêmica com as agendas de desenvolvimento e inovação de ambos os países. Assim, as políticas de internacionalização e cooperação Brasil-China constituem não apenas instrumentos diplomáticos, mas também mecanismos de produção e circulação de conhecimento, fundamentais para a inserção global das universidades brasileiras e para a construção de uma Sinologia nacional sólida.

A internacionalização universitária, conforme Knight (2015), deve ser entendida como um processo integrado que visa inserir a dimensão global na missão, nas funções e nas práticas institucionais das universidades. No caso brasileiro, esse processo foi impulsionado, sobretudo, a partir da década de 2000, quando o Ministério da Educação (MEC), a CAPES e o CNPq começaram a estruturar programas voltados à mobilidade acadêmica, cooperação técnica e intercâmbio científico. Entre as iniciativas de maior destaque estão o Programa Ciência sem Fronteiras (2011–2016), os Acordos de Cooperação Educacional Bilateral e as chamadas públicas de projetos conjuntos financiadas por agências nacionais e estrangeiras.

No âmbito das relações com a China, o marco inicial da cooperação educacional foi o Acordo de Cooperação Cultural e Educacional Brasil-China, firmado em 1985 e renovado em 2017. Esse acordo estabeleceu diretrizes para o intercâmbio de estudantes, professores e pesquisadores, bem como para a criação de centros de estudos e o reconhecimento mútuo de títulos. Desde então, várias iniciativas foram implementadas, especialmente em universidades federais e estaduais, com destaque para os convênios com a Peking University, Fudan University, Tsinghua University, Renmin University e Shanghai Jiao Tong University. Essas parcerias visam não apenas à mobilidade estudantil, mas também à reali-

zação de pesquisas conjuntas em áreas estratégicas como energia, agricultura, ciências sociais e tecnologia da informação (Cabral, 2018).

A criação dos Institutos Confúcio no Brasil, a partir de 2008, também representou um vetor importante da internacionalização sino-brasileira. Esses institutos, vinculados ao Ministério da Educação da China (Hanban), têm o objetivo de difundir a língua e a cultura chinesas, promovendo cursos, eventos culturais e intercâmbios acadêmicos. Atualmente, o país conta com unidades em universidades como a Unesp, UFRGS, UnB, UPE e PUC-Rio, que se tornaram pontos de contato relevantes entre estudantes brasileiros e instituições chinesas (Cabral; Riva, 2021). No entanto, autores como Oliveira (2020) e Almeida (2022) alertam para a necessidade de que essa cooperação seja equilibrada, garantindo autonomia científica e evitando a dependência de narrativas institucionais unilaterais.

Do ponto de vista geopolítico, a consolidação dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) em 2009 trouxe uma nova dimensão à cooperação acadêmica. O BRICS Network University, lançado em 2015, tem sido um instrumento importante para a integração de universidades e centros de pesquisa dos países membros, estimulando projetos conjuntos, publicações e programas de pós-graduação colaborativos (Fonseca, 2020). A participação brasileira nesse consórcio, embora ainda modesta, sinaliza o potencial de ampliação das redes de pesquisa em torno de temas como sustentabilidade, tecnologia, economia digital e desenvolvimento inclusivo.

Além disso, a cooperação entre Brasil e China se expressa em programas bilaterais de fomento à ciência e tecnologia, administrados por agências como o CNPq e a National Natural Science Foundation of China (NSFC). Esses programas têm financiado pesquisas conjuntas em nanotecnologia, agricultura sustentável, biotecnologia e energias renováveis, refletindo o interesse mútuo em áreas estratégicas para o desenvolvimento (Mello, 2015). Essa colaboração científica, ao mesmo tempo em que fortalece a capacidade técnica brasileira, contribui para a formação de redes de conhecimento intercontinentais e para a inserção da produção científica nacional em circuitos globais.

No campo cultural e humanístico, observa-se uma intensificação das políticas de diplomacia acadêmica, com a realização de feiras de educação, seminários interculturais e eventos científicos voltados à compreensão mútua entre os povos. A Embaixada da China no Brasil e o Instituto Guimarães Rosa, vinculado ao Itamaraty, têm atuado em cooperação para o fomento de programas de tradução literária, ensino de mandarim e divulgação da cultura chinesa. Paralelamente, universidades brasileiras têm promovido simpósios e grupos de pesquisa dedicados ao pensamento confuciano, à literatura clássica chinesa e à análise da política contemporânea da Ásia-Pacífico (Silva, 2021).

No entanto, a internacionalização da educação superior brasileira enfrenta desafios estruturais. Como observa Morosini (2014), a ausência de uma política nacional contínua e bem articulada de internacionalização limita o alcance e a sustentabilidade dessas parcerias. No caso específico da China, a assimetria linguística, as diferenças culturais e os distintos modelos de governança universitária demandam estratégias adaptadas e de longo prazo. Para que a cooperação se converta em intercâmbio equitativo, é necessário investir em programas bilíngues, capacitação docente e infraestrutura de pesquisa conjunta, além de promover a formação de especialistas capazes de atuar como mediadores inter-

culturais.

Outro ponto crucial diz respeito à autonomia epistemológica da produção científica brasileira no contexto sino-brasileiro. A internacionalização não deve ser entendida apenas como mobilidade ou cooperação instrumental, mas como um processo de diálogo entre saberes. Conforme argumenta Santos (2010), é fundamental construir uma “ecologia de saberes” que valorize as epistemologias do Sul e reconheça a China não como mero objeto de estudo, mas como parceira intelectual e civilizatória. Isso implica reconfigurar o lugar da Sinologia nas universidades brasileiras, transformando-a em eixo estruturante de uma diplomacia do conhecimento pautada pela reciprocidade e pela pluralidade epistemológica.

6 AS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS, PÚBLICAS E FEDERAIS COMO POLOS DE COOPERAÇÃO: PERSPECTIVAS E IMPACTOS ESPERADOS

A consolidação de centros de estudos chineses nas universidades brasileiras representa não apenas uma estratégia de internacionalização acadêmica, mas também um projeto de soberania científica e de fortalecimento institucional. As universidades públicas, federais e comunitárias desempenham papel central nesse processo por reunirem três dimensões indissociáveis: o compromisso com a produção de conhecimento crítico, a responsabilidade social com o desenvolvimento regional e nacional e a capacidade de articulação em redes internacionais de pesquisa. Nesse sentido, tais instituições se configuram como espaços privilegiados para a implantação de Centros de Estudos Chineses, capazes de promover a cooperação bilateral, o intercâmbio intercultural e a construção de uma Sinologia genuinamente brasileira.

A universidade pública brasileira tem historicamente assumido um papel de liderança na formulação de políticas científicas e na mediação cultural. Desde a criação das universidades federais e estaduais no século XX, a educação superior tem se constituído como vetor de emancipação social e de diálogo entre saberes (Morosini, 2014). Com a intensificação da globalização do conhecimento, esse papel se amplia, exigindo das instituições a incorporação de dimensões geopolíticas e civilizatórias na produção acadêmica. A China, enquanto potência científica e cultural, apresenta-se como parceira estratégica para essa reconfiguração, oferecendo oportunidades de cooperação em múltiplas áreas do saber — da engenharia e tecnologia à filosofia, educação e ciências sociais (Cabral, 2018).

As universidades comunitárias, por sua vez, inserem-se nesse processo com um diferencial relevante: sua vocação territorial e o compromisso direto com o desenvolvimento local e regional. Essas instituições, predominantemente sem fins lucrativos, constituem um segmento singular do sistema de ensino superior brasileiro, atuando como pontes entre o conhecimento acadêmico e as demandas das comunidades (Silveira; Anhaia, 2021). A criação de núcleos de estudos chineses nesses espaços pode potencializar a formação intercultural e o empreendedorismo acadêmico, ao mesmo tempo em que contribui para a interiorização da cooperação internacional. Assim, ao invés de concentrar as oportunidades de intercâmbio nas grandes capitais, seria possível democratizar o acesso à internacionalização, promovendo o aprendizado da língua chinesa, o estudo das políticas públicas asiáticas e o desenvolvimento de projetos conjuntos de inovação social.

No caso das universidades federais, a relevância estratégica é ainda mais evidente. Instituições como a Universidade de Brasília (UnB), UFRJ, UFRGS e a UFMG já possuem tradição em relações internacionais, linguística e estudos culturais, o que cria um ambiente favorável à institucionalização da Sinologia. Tais universidades dispõem de infraestrutura, redes de cooperação consolidadas e programas de pós-graduação que podem abrigar centros interdisciplinares de estudos chineses. A criação desses espaços possibilitaria o desenvolvimento de pesquisas em áreas como políticas públicas comparadas, epistemologias não ocidentais, inovação tecnológica e sustentabilidade — temas que dialogam diretamente com as agendas de desenvolvimento da China e do Brasil (Almeida, 2022).

Um dos impactos mais significativos esperados da criação desses centros é o fortalecimento da diplomacia científica brasileira. Conforme aponta Knight (2015), a internacionalização do conhecimento é também uma forma de diplomacia cultural e política, na qual as universidades se tornam atores estratégicos de mediação internacional. Nesse sentido, as universidades brasileiras podem assumir protagonismo na construção de uma cooperação horizontal, baseada em reciprocidade e respeito intercultural, contribuindo para o equilíbrio das relações entre o Sul Global e a Ásia. Tal movimento se coaduna com a perspectiva defendida por Santos (2010), ao propor uma “ecologia de saberes” que reconhece a pluralidade epistêmica e valoriza os conhecimentos produzidos fora dos eixos tradicionais do Norte global.

Do ponto de vista epistemológico, os Centros de Estudos Chineses em universidades públicas e comunitárias podem contribuir para romper com o paradigma eurocêntrico que ainda domina grande parte da academia latino-americana. Ao incorporar o pensamento confuciano, taoísta e budista, bem como as epistemologias contemporâneas chinesas, o ensino e a pesquisa passam a dialogar com outros modos de racionalidade e outras concepções de modernidade (Cheng, 2008; Gernet, 1999). Essa incorporação não deve ocorrer como mera tradução cultural, mas como um exercício de interculturalidade crítica — uma aprendizagem mútua que reconhece a alteridade como fonte legítima de conhecimento.

No plano científico e tecnológico, a cooperação pode gerar impactos econômicos e sociais expressivos. A criação de polos conjuntos de pesquisa em inteligência artificial, energias renováveis, nanotecnologia e agricultura sustentável — áreas de domínio chinês — permitiria acelerar o desenvolvimento científico brasileiro e reduzir a dependência tecnológica (Pereira, 2022). Além disso, a formação de quadros bilíngues e de especialistas em China fortaleceria a atuação do Brasil em organismos multilaterais e no comércio internacional, promovendo uma inserção mais autônoma e estratégica no sistema global.

O impacto na formação de professores e estudantes é um ponto central nesse processo. A inclusão da cultura e da língua chinesa nos currículos universitários amplia a compreensão sobre o Oriente e combate estereótipos orientalistas historicamente enraizados no imaginário ocidental. Programas de intercâmbio e duplo diploma podem contribuir para a formação de uma geração de pesquisadores e profissionais com competência intercultural, aptos a mediar processos globais de inovação, governança e sustentabilidade (Silva, 2021). Essa formação se articula com a função social da universidade: formar cidadãos críticos, conscientes e preparados para atuar em contextos de diversidade cultural e de com-

plexidade geopolítica.

Do ponto de vista institucional, Oliveira (2020) argumenta que a implantação de Centros de Estudos Chineses exige a criação de políticas integradas de internacionalização. Isso implica fomentar a captação de recursos externos, estimular a formação de redes entre universidades brasileiras e chinesas, e promover o reconhecimento acadêmico das produções conjuntas. A constituição de consórcios regionais de pesquisa pode ser uma estratégia eficaz para otimizar recursos e ampliar o alcance das ações, especialmente no contexto das universidades comunitárias e federais do interior do país.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste artigo permite compreender que a criação de Centros de Estudos Chineses nas universidades brasileiras — públicas, federais e comunitárias — constitui uma urgência estratégica para o fortalecimento da soberania científica, cultural e diplomática do Brasil. A Sinologia, enquanto campo de conhecimento interdisciplinar, ultrapassa o domínio linguístico e cultural, configurando-se como instrumento de mediação epistêmica entre civilizações e de reposicionamento do país no cenário internacional do saber.

A emergência da China como potência científica e tecnológica reconfigura as hierarquias do conhecimento e desafia o Ocidente a repensar seus paradigmas. Nesse contexto, a inserção da Sinologia no sistema universitário brasileiro não deve ser vista apenas como uma abertura para o estudo de uma cultura estrangeira, mas como um movimento de deslocamento epistemológico. Trata-se de um convite à descolonização do pensamento, à valorização de epistemes plurais e à construção de uma ecologia de saberes (Santos, 2010) capaz de aproximar o Brasil das lógicas cognitivas do Oriente.

As universidades brasileiras, sobretudo as públicas e comunitárias, possuem as condições institucionais e intelectuais para liderar essa transformação. São espaços nos quais se articulam ciência, cidadania e desenvolvimento social, e que, por isso, podem transformar a cooperação Brasil-China em um projeto de intercâmbio civilizatório. A criação de Centros de Estudos Chineses em tais instituições promoveria o fortalecimento da diplomacia científica, a formação de recursos humanos especializados e a diversificação das redes de pesquisa, ampliando a presença brasileira nos debates globais sobre tecnologia, sustentabilidade, cultura e geopolítica.

Entretanto, a efetivação dessa proposta requer uma política pública de longo prazo, sustentada por parcerias bilaterais, incentivos financeiros e reconhecimento institucional. A ausência de centros consolidados de Sinologia no país evidencia uma lacuna estrutural: a falta de investimento em estudos asiáticos e a predominância de paradigmas eurocêntricos na produção de conhecimento. Superar essa lacuna implica fomentar programas de pós-graduação, redes de pesquisa interinstitucionais e currículos universitários que incluam o estudo da língua, filosofia, história e economia chinesa.

Os impactos esperados transcendem o âmbito acadêmico. Um Brasil que compreende a China em profundidade é também um Brasil mais preparado para negociar em pé de igualdade no cenário internacional. O conhecimento so-

bre as dinâmicas culturais e políticas chinesas amplia a capacidade diplomática, econômica e tecnológica do país, permitindo-lhe atuar com maior autonomia nas instâncias multilaterais e nos processos de inovação global.

Além disso, há um potencial pedagógico e cultural intrínseco à proposta. O contato com o pensamento chinês — suas tradições filosóficas, éticas e estéticas — enriquece a formação humanística e contribui para a formação de sujeitos interculturais, conscientes da diversidade civilizatória do mundo. Assim, a Sinologia se torna um vetor de diálogo e de reconciliação entre diferentes formas de racionalidade, um campo de encontro entre a ciência e a sabedoria ancestral.

Em epítome, observa-se que a implantação de Centros de Estudos Chineses nas universidades brasileiras deve ser compreendida como uma política estratégica de conhecimento, inserida em um projeto nacional de internacionalização soberana.

Por final, a Sinologia, nesse horizonte, deixa de ser um nicho disciplinar e se torna um eixo estruturante de cooperação científica, epistêmica e cultural entre Brasil e China — um caminho para construir pontes entre mundos, linguagens e saberes que, juntos, poderão redefinir os rumos do pensamento e da educação no século XXI.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ricardo. Internacionalização acadêmica e diplomacia científica Brasil-China: desafios contemporâneos. *Revista Brasileira de Educação Internacional*, v. 7, n. 1, p. 45–63, 2022.
- ALMEIDA, Ricardo; GONÇALVES, Fernanda. A produção científica sobre a China em periódicos brasileiros (2010–2023): mapeamento e tendências. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 66, n. 2, p. 1–18, 2023.
- BELL, Daniel A. *The China Model: Political Meritocracy and the Limits of Democracy*. Princeton: Princeton University Press, 2015.
- CABRAL, Sérgio Duarte. *A presença da China no Brasil: cooperação, economia e cultura*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- CABRAL, Sérgio Duarte; RIVA, Carlos Eduardo. Os Institutos Confúcio no Brasil e a internacionalização do ensino do mandarim. *Revista de Estudos Asiáticos*, v. 4, n. 1, p. 33–52, 2021.
- CARDOSO, Fernando Henrique. A política externa brasileira e a China: do reconhecimento à parceria estratégica. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 54, n. 2, p. 73–94, 2011.
- CHENG, Anne. *Histoire de la pensée chinoise*. Paris: Seuil, 2008.
- COHEN, Paul A. *Discovering History in China: American Historical Writing on the Recent Chinese Past*. New York: Columbia University Press, 1984.
- DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação na América Latina*. São Paulo: Paulus, 2013.
- FAIRBANK, John K. *China: A New History*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- FONSECA, Adalberto Santos da. Cooperação acadêmica no âmbito dos BRICS: a Network University e o novo paradigma da diplomacia científica. *Revista de Política e Educação Superior*, v. 9, n. 3, p. 112–128, 2020.
- GERNET, Jacques. *O mundo chinês: uma civilização em perspectiva histórica*. São Pau-

lo: Companhia das Letras, 1999.

HANSEN, Chad. *A Daoist Theory of Chinese Thought: A Philosophical Interpretation*. New York: Oxford University Press, 2000.

JABBOUR, Elias. *China: o socialismo do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2020.

JULLIEN, François. *O diálogo entre as culturas: do universal ao intercultural*. São Paulo: Editora 34, 2008.

KNIGHT, Jane. *Internationalization: concepts, complexities and challenges*. New York: Routledge, 2015.

MELLO, Patrícia Campos. *China e Brasil: o novo eixo da economia mundial*. São Paulo: Contexto, 2015.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

MOROSINI, Marília Costa. Internacionalização da educação superior: políticas e práticas em perspectiva comparada. *Educação em Revista*, v. 30, n. 3, p. 15–34, 2014.

MUNGELLO, David E. *The Great Encounter of China and the West, 1500–1800*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2009.

OLIVEIRA, André. Institutos Confúcio e autonomia acadêmica: desafios da cooperação cultural sino-brasileira. *Revista Brasileira de Educação Internacional*, v. 6, n. 2, p. 95–110, 2020.

PEREIRA, Luís Carlos. A sociedade digital chinesa e o paradigma da inovação tecnológica. *Revista Estudos Contemporâneos da Ásia*, v. 5, n. 1, p. 21–45, 2022.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Mariana de Paula. O *soft power* chinês na América Latina: diplomacia cultural e novas narrativas globais. *Revista de Comunicação e Cultura Internacional*, v. 12, n. 3, p. 41–60, 2021.

SILVEIRA, Emerson; ANHAIA, Marlene. Universidades comunitárias e desenvolvimento territorial: desafios da cooperação internacional. *Revista Brasileira de Educação e Sociedade*, v. 42, n. 3, p. 99–118, 2021.

SPENCE, Jonathan D. *The Search for Modern China*. New York: W. W. Norton, 1990.

TU, Weiming. *Cultural China: The Periphery as the Center*. *Daedalus*, v. 129, n. 4, p. 1–32, 2010.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107–130.



IRANOLOGIA: uma reflexão sobre a necessidade de atenção e aprofundamento da pesquisa

Adelcio Machado Santos

Mehran Ramezanali

Doutor e Pós-Doutor em Engenharia e Gestão do Conhecimento (UFSC). Docente, pesquisador e orientador no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade da Universidade Alto Vale Rio do Peixe (Uniarp). <https://orcid.org/0000-0003-3916-972X> E-mail: adelciomachado@gmail.com

Doutor em Administração. Pró-reitor de administração do Centro Universitário para o Desenvolvimento do Alto Vale Itajaí – UNIDAVI. E-mail: mehran@unidavi.edu.br

RESUMO: O campo da Iranologia vem se consolidando em domínio interdisciplinar essencial para a compreensão dos processos históricos, culturais, linguísticos e geopolíticos que moldaram e continuam a moldar o Irã e suas múltiplas esferas de influência. Conquanto a sua relevância crescente, observa-se que, no Brasil, a área ainda carece de institucionalização mais robusta, de produção bibliográfica contínua e de iniciativas formativas que garantam o desenvolvimento crítico e especializado de pesquisadores. Este artigo discute a trajetória da Iranologia, suas principais abordagens teóricas e contribuições, e aprofunda uma reflexão crítica sobre as lacunas e desafios que persistem no campo, incluindo limitações metodológicas, escassez de fontes traduzidas, baixa circulação de pesquisas e dificuldades de financiamento. Além disso, examina a necessidade de ampliar o diálogo interdisciplinar e de fortalecer a internacionalização acadêmica, especialmente em colaboração com instituições do Oriente Médio, Europa e Ásia Central. Conclui-se que a consolidação da Iranologia no Brasil depende tanto do comprometimento institucional quanto da ampliação de redes de pesquisa, do incentivo à formação de novos especialistas e da valorização da área como componente estratégico para os estudos das relações internacionais, da cultura e da história global.

Palavras-chave: iranologia; oriente médio; estudos interdisciplinares; produção científica.

ABSTRACT: Iranology has emerged as an essential interdisciplinary field for understanding the historical, cultural, linguistic, and geopolitical processes that have shaped Iran and its broader spheres of influence. Despite its growing relevance, in Brazil the field still lacks strong institutional development, continuous scholarly production, and structured training opportunities capable of fostering specialized and critical expertise. This article examines the trajectory of Iranology, its major theoretical approaches and contributions, and provides a critical reflection on the field's persistent challenges, including methodological limitations, scarcity of translated sources, low research circulation, and restricted funding. It also highlights the need to strengthen interdisciplinary dialogue and expand academic internationalization, particularly through collaboration with institutions in the Middle East, Europe, and Central Asia. The study concludes that consolidating Iranology in Brazil requires institutional commitment, expanded research networks, incentives for the training of new specialists, and recognition of the field as a strategic component for the study of international relations, culture, and global history.

Keywords: iranology; middle east studies; interdisciplinary research; scientific production.

1 INTRODUÇÃO

A Iranologia, embora reconhecida internacionalmente como um campo consolidado de investigação histórica, cultural e geopolítica, ainda ocupa um espaço limitado na produção acadêmica de muitos países, especialmente no Brasil. Em um cenário global marcado por complexas transformações políticas, disputas energéticas, tensões regionais e renovado interesse pelas dinâmicas socioculturais do Oriente Médio, compreender o Irã torna-se indispensável para uma leitura mais abrangente do sistema internacional contemporâneo. Nesse contexto, a Iranologia emerge como uma área de estudo fundamental, oferecendo ferramentas teóricas e analíticas capazes de iluminar aspectos da identidade, da história e das projeções políticas iranianas, muitas vezes negligenciados por abordagens reducionistas ou midiaticamente polarizadas.

A relevância crescente do Irã no século XXI, seja pelo seu papel geopolítico, pela sua tradição civilizatória milenar ou por sua influência cultural no Oriente, desperta a necessidade de aprofundar a investigação científica sobre esse país e sua herança persa. Entretanto, apesar da significativa contribuição que a Iranologia pode oferecer à compreensão dos desafios atuais, como conflitos regionais, disputas por hegemonia, negociações nucleares, fluxos culturais e diálogos inter-religiosos, ainda se observa uma expressiva lacuna na produção acadêmica que trate o tema com rigor, interdisciplinaridade e perspectiva crítica. Grande parte dos estudos existentes concentra-se em leituras conjunturais ou análises geopolíticas fragmentadas, deixando em segundo plano o entendimento profundo da formação histórica, da diversidade cultural e da riqueza linguística que constituem a identidade iraniana.

Assim, este artigo busca problematizar essa lacuna e defender a necessidade de fortalecimento da Iranologia como área estratégica de pesquisa, sobretudo no campo das Ciências Humanas e Sociais. Ao resgatar sua definição, evolução histórica e cenário contemporâneo, pretende-se evidenciar como o estudo do Irã pode contribuir para abordagens mais amplas e densas sobre temas globais, dialogando com áreas como Relações Internacionais, História, Estudos Linguísticos, Letras, Antropologia, Filosofia e Teologia. Ao mesmo tempo, propõe-se refletir sobre as limitações institucionais, epistemológicas e metodológicas que ainda dificultam o desenvolvimento da área, especialmente no contexto acadêmico brasileiro.

A escolha por abordar a Iranologia como objeto central está vinculada à percepção de que conhecer o Irã ultrapassa o interesse meramente regional. Envolve compreender uma civilização que desempenhou papel fundamental na formação da cultura e das dinâmicas políticas do Oriente Médio; que possui uma tradição literária reconhecida mundialmente, com autores como Ferdowsi, Hafez, Rumi e Saadi; que abriga uma das línguas mais antigas e influentes do mundo, o persa (farsi); e que mantém uma forte presença nas discussões internacionais contemporâneas. A riqueza dessa herança cultural, somada ao protagonismo geopolítico recente, torna essencial uma abordagem menos estereotipada e mais aprofundada sobre sua realidade.

Dessa forma, a introdução deste artigo cumpre a função de situar o leitor diante da importância e da atualidade do tema, justificando a pertinência de uma reflexão crítica sobre o estado da Iranologia. O objetivo principal é analisar de que maneira esse campo pode contribuir para o avanço científico e para a

produção de conhecimento capaz de ampliar perspectivas sobre multiculturalidade, política global e relações intercivilizacionais. A partir de uma revisão teórica e reflexiva, pretende-se evidenciar tanto os avanços quanto os desafios que caracterizam a área, destacando a urgência de investimentos em pesquisa, formação especializada e interlocução internacional.

2 CONCEITO E ABRANGÊNCIA DA IRANOLOGIA

A Iranologia constitui um campo multidisciplinar dedicado ao estudo sistemático do Irã e das civilizações de matriz persa, abrangendo aspectos históricos, culturais, linguísticos, literários, religiosos, filosóficos e geopolíticos. Sua configuração como disciplina autônoma consolidou-se ao longo do século XX, sobretudo a partir da institucionalização de centros de pesquisa especializados e da publicação de obras de referência internacional, como a *Encyclopaedia Iranica*, organizada por Ehsan Yarshater (Yarshater, 1982). Embora suas raízes epistemológicas remontem ao Orientalismo clássico, a Iranologia contemporânea supera perspectivas eurocêntricas ao integrar abordagens comparadas, críticas pós-coloniais e métodos interdisciplinares (Said, 1978). Assim, o campo passou a ser reconhecido não apenas pelo estudo da Antiguidade persa, mas também pela análise da complexa formação socio-histórica do Irã moderno.

O conceito de Iranologia é amplo e abarca múltiplas dimensões. Em seu eixo histórico, dedica-se ao estudo das dinastias que marcaram o desenvolvimento do império persa, como os aquemênidas, sassânidas, safávidas e qajares. Richard Frye (1962), um dos mais importantes iranólogos do século XX, destaca que compreender a longa duração histórica do Irã é essencial para interpretar sua identidade contemporânea, marcada pela continuidade de tradições políticas e culturais milenares. Na perspectiva cultural, a Iranologia examina a produção literária em língua persa, especialmente a poesia clássica, considerada um dos pilares da cultura iraniana. Obras como o *Shāhnāme*, de Ferdowsi, e os *Dīwāns* de Hafez e Saadi constituem fontes essenciais para compreender o imaginário simbólico e espiritual do mundo persa (Lewis, 2002).

Do ponto de vista linguístico, a Iranologia engloba o estudo das línguas iranianas, um dos ramos da família linguística indo-europeia. Boyce (2001) e Henning (1958) evidenciam a relevância dessas línguas para o entendimento da religiosidade e da filosofia antigas, sobretudo no contexto do zoroastrismo, religião que moldou profundamente as estruturas sociais e éticas do Irã pré-islâmico. A língua persa — em suas fases antiga, média e moderna — oferece acesso direto às tradições literárias e filosóficas que definem a identidade iraniana, sendo considerada por Yarshater (1982) como elemento central para qualquer pesquisa aprofundada no campo.

O campo também possui grande abrangência religiosa. O estudo do zoroastrismo, das escolas sufis e do xiismo, corrente predominante no Irã contemporâneo, constitui um eixo fundamental dentro da Iranologia. Arjomand (1984) destaca que a formação política e social do Irã moderno não pode ser compreendida sem a análise do xiismo duodecimano e de seu papel na legitimação do poder político e nas dinâmicas sociais. Além disso, a tradição sufi e a filosofia islâmica persa, representadas por autores como Rumi, Al-Ghazali e Mulla Sadra, revelam a profundidade espiritual e intelectual que caracteriza o pensamento iraniano ao

longo dos séculos (Nasr, 1993).

No plano geopolítico, a Iranologia ocupa papel estratégico, especialmente devido à posição do Irã no Oriente Médio, à sua relevância energética e ao protagonismo que exerce nas dinâmicas regionais contemporâneas. Estudos recentes de Keddie (2006) e Milani (2011) enfatizam que o entendimento da política externa iraniana, de sua estrutura estatal e de seus projetos de influência regional é indispensável para análises globais. Dessa forma, a Iranologia transcende o estudo histórico e cultural, inserindo-se no debate contemporâneo das Relações Internacionais.

A abrangência da Iranologia também envolve a análise das diásporas iranianas, das expressões artísticas modernas e contemporâneas, do cinema iraniano, reconhecido mundialmente por diretores como Abbas Kiarostami e Asghar Farhadi, e das transformações sociais ocorridas após a Revolução Islâmica de 1979. Segundo Dabashi (2012), a produção cultural iraniana contemporânea constitui importante campo de análise sobre resistência, identidade e modernidade.

Por conseguinte, a Iranologia não se limita a um estudo regionalista, mas se configura como campo interdisciplinar de alto grau de complexidade, que requer domínio de métodos históricos, linguísticos, antropológicos, literários e políticos. Sua abrangência amplia-se constantemente em decorrência da crescente relevância do Irã no cenário global e da expansão dos estudos pós-coloniais, que possibilitam abordagens críticas sobre representações históricas do Oriente Médio. Assim, compreender o conceito e a abrangência da Iranologia é reconhecer sua importância para a interpretação das relações interculturais, das tensões geopolíticas e da formação histórica de uma das civilizações mais duradouras da humanidade.

3 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS ESTUDOS IRANIANOS

A evolução histórica dos estudos iranianos constitui um percurso marcado por mudanças epistemológicas profundas, que refletem tanto as transformações políticas globais quanto o avanço das ciências humanas e sociais. Embora a sistematização da Iranologia como campo acadêmico seja relativamente recente, suas raízes remontam à Antiguidade, quando autores gregos, romanos e árabes produziram as primeiras descrições sobre a Pérsia. Heródoto, ao relatar os acontecimentos das Guerras Médicas, ofereceu um dos registros inaugurais sobre os persas, ainda que permeado por percepções helênicas e limitações metodológicas (Heródoto, 1999). Na tradição árabe-islâmica, cronistas como Tabari e Biruni descreveram a história, as práticas religiosas e os costumes persas, constituindo fontes essenciais para o estudo das dinastias pré-islâmicas e do início do Irã islâmico (Biruni, 2010).

O desenvolvimento efetivo dos estudos iranianos, entretanto, intensificou-se no contexto do Orientalismo europeu entre os séculos XVIII e XIX. Nesse período, missionários, diplomatas, linguistas e viajantes produziram traduções de textos persas, análises filológicas e relatos que, embora marcados pela visão exotizante típica da época, introduziram o Ocidente ao universo literário e histórico do Irã. Sir William Jones, fundador da Asiatic Society of Bengal, foi uma figura decisiva ao identificar a afinidade linguística entre o sânscrito, o persa e as línguas europeias, contribuindo para o reconhecimento das línguas iranianas como ramo da famí-

lia indo-europeia (Jones, 1798). A partir desse marco, estudiosos como Nöldeke, Henning e Christensen aprofundaram o estudo das línguas iranianas antigas e médias — particularmente o avéstico e o pálvavi — favorecendo avanços filológicos fundamentais para a compreensão da literatura religiosa e dos sistemas de escrita (Henning, 1958; Christensen, 1944).

No século XIX, o interesse europeu pelo Império Persa foi intensificado por fatores geopolíticos, especialmente no contexto do “Grande Jogo” entre Rússia e Grã-Bretanha. Esse cenário impulsionou a produção de estudos históricos e diplomáticos sobre o Irã, embora frequentemente orientados por interesses estratégicos. Ao mesmo tempo, a publicação de traduções de obras literárias persas, como o *Shāhnāme*, despertou o interesse da filologia e da literatura comparada. Estudos de Jules Mohl, Edward Browne e outros orientalistas ampliaram significativamente o conhecimento sobre a literatura persa medieval, colocando autores como Ferdowsi, Saadi e Hafez no centro das discussões literárias europeias (BROWNE, 1902). Contudo, como observou Said (1978), este período foi também marcado por visões assimétricas, que frequentemente reduziam a complexidade do Oriente a categorias ocidentais.

O século XX representou um divisor de águas na evolução da Iranologia. A ascensão dos estudos arqueológicos, impulsionada pelas escavações em Persépolis, Susa e Pasárgada, revelou novos dados sobre as dinastias aquemênida e sassânida. Herzfeld (1935) e Schmidt (1953) ofereceram uma nova compreensão sobre a arquitetura monumental, as práticas políticas e os sistemas de administração imperial, consolidando a arqueologia como um dos pilares da Iranologia moderna. Paralelamente, o desenvolvimento da antropologia e da sociologia favoreceu o surgimento de análises sobre a estrutura social iraniana, sobre práticas religiosas e sobre suas transformações ao longo do século XX.

No âmbito linguístico e literário, autores como Frye (1962) e Yarshater (1982) ampliaram o escopo dos estudos ao propor interpretações que articulassem história, cultura e literatura. A criação da *Encyclopaedia Iranica*, editada por Yarshater, representou um marco institucional e científico, reunindo especialistas de diversas áreas e consolidando a Iranologia como campo de pesquisa de relevância global. Conforme Frye (1962), o estudo do Irã exige uma abordagem multidimensional, capaz de integrar a longa duração histórica à leitura crítica de processos contemporâneos.

A Revolução Islâmica de 1979 desencadeou uma nova fase nos estudos iranianos. A transformação do Estado iraniano, a ascensão do xiismo como força política central e a reconfiguração das relações internacionais do país tornaram o Irã objeto de intensas pesquisas no campo das Relações Internacionais, da política comparada e dos estudos religiosos. Autores como Keddie (2006), Milani (2011) e Arjomand (1984) examinaram as dinâmicas socioestruturais que conduziram à revolução, bem como suas consequências políticas e culturais. A partir dos anos 2000, estudos sociológicos e antropológicos passaram a enfatizar as mudanças na sociedade civil iraniana, a mobilização de jovens e mulheres, e o papel das redes culturais transnacionais (Dabashi, 2012).

No campo dos estudos literários e culturais modernos, o cinema iraniano tornou-se objeto de crescente interesse acadêmico. Diretores como Abbas Kiarostami e Asghar Farhadi colocaram o Irã em posição de destaque nas discussões sobre estética cinematográfica, ética e representação do real, impulsionan-

do pesquisas que analisam a modernidade iraniana sob a perspectiva artística e simbólica. Essas abordagens dialogam com tendências pós-coloniais e críticas contemporâneas sobre identidade, globalização e narrativas culturais.

No século XXI, observa-se a consolidação de centros de pesquisa em universidades europeias, norte-americanas e asiáticas, bem como a expansão gradual dos estudos iranianos na América Latina. Pesquisas recentes têm ressaltado a importância da Iranologia para compreender fenômenos geopolíticos regionais, como a rivalidade Irã-Arábia Saudita, o envolvimento iraniano em conflitos no Oriente Médio e sua política nuclear (Takeyh, 2009). Simultaneamente, estudos culturais enfatizam o papel das diásporas iranianas na produção de novos discursos identitários e na circulação global da cultura persa.

4 O CENÁRIO ATUAL DA IRANOLOGIA

O cenário atual da Iranologia caracteriza-se por um processo de renovação epistemológica, institucional e metodológica, marcado tanto pela ampliação de centros especializados quanto pela diversificação das abordagens teóricas aplicadas ao estudo do Irã (Dabashi, 2012). Se, durante grande parte do século XX, a Iranologia esteve associada majoritariamente à filologia, à história antiga e aos estudos arqueológicos, o século XXI testemunha um movimento de expansão que abrange áreas como política internacional, sociologia, antropologia, estudos culturais, cinema, economia, religião e dinâmicas diaspóricas. Trata-se de um campo em constante atualização, impulsionado pela conjuntura geopolítica contemporânea, pelos avanços metodológicos das ciências humanas e pela circulação global da cultura persa.

A consolidação institucional da Iranologia no cenário global é visível pela existência de centros e programas de pesquisa dedicados exclusivamente ao estudo do Irã, como o Iranian Studies Program da Stanford University, o Center for Iranian Studies da Columbia University, criado sob liderança de Yarshater, organizador da *Encyclopaedia Iranica*, e os departamentos especializados das universidades de Leiden e Oxford. A *Encyclopaedia Iranica*, iniciada em 1982, permanece como uma das principais referências de autoridade acadêmica, refletindo a maturidade do campo e a multiplicidade de temas que compõem a pesquisa contemporânea (Yarshater, 1982). De acordo com Frye (1962), a consolidação dessas instituições representa um marco histórico na separação da Iranologia das tradições orientalistas clássicas, reafirmando sua autonomia disciplinar.

No âmbito dos estudos históricos e culturais, observa-se uma ampliação das linhas de pesquisa voltadas tanto para a Antiguidade quanto para o Irã moderno. Arqueólogos continuam a produzir contribuições significativas, especialmente após a modernização das técnicas de documentação e digitalização de sítios arqueológicos em Persépolis, Pasárgada e Susa. Estudos recentes, como os de Curtis (2010), têm ampliado a compreensão da complexidade política e administrativa dos impérios aquemênida e sassânida, adotando abordagens comparativas com outras civilizações do Oriente Próximo. Ao mesmo tempo, os estudos sobre o zoroastrismo, tradição central para a identidade histórica iraniana, continuam a se desenvolver com base em análises filológicas e antropológicas, como ilustram os trabalhos de Boyce (2001).

Entretanto, é na análise do Irã contemporâneo que a Iranologia tem viven-

ciado sua expansão mais significativa. Após a Revolução Islâmica de 1979, o país tornou-se objeto de intenso interesse nas áreas de ciência política e relações internacionais. Keddie (2006), Milani (2011) e Takeyh (2009) abordam questões como a estrutura do Estado iraniano, as dinâmicas internas do regime, os movimentos reformistas, a política externa e o papel do Irã na geopolítica do Oriente Médio. A relevância crescente do país em temas como energia, segurança regional e diplomacia nuclear contribui para ampliar ainda mais a demanda por estudos especializados.

Além disso, abordagens sociológicas e antropológicas contemporâneas têm destacado as transformações ocorridas na sociedade iraniana nas últimas décadas, sobretudo ligadas à juventude, ao protagonismo de mulheres, às tensões entre modernidade e tradição e à expansão das redes sociais digitais. Dabashi (2012) argumenta que a produção cultural iraniana, especialmente o cinema, a literatura e as artes visuais, constitui um espaço privilegiado para compreender tais mudanças sociais, representando formas de resistência simbólica e política. O cinema iraniano, com cineastas como Abbas Kiarostami, Asghar Farhadi e Jafar Panahi, é hoje um dos campos de pesquisa mais dinâmicos dentro da Iranologia contemporânea, analisado a partir de teorias estéticas, sociopolíticas e pós-coloniais.

Outro aspecto relevante do cenário atual da Iranologia é a crescente atenção às diásporas iranianas. Desde a década de 1980, fluxos migratórios significativos formaram comunidades robustas nos Estados Unidos, Europa e Austrália, que desempenham papel importante na circulação e transformação das identidades culturais persas. Estudos recentes destacam como essas diásporas articulam narrativas híbridas, redefinem práticas culturais e contribuem para debates políticos e sociais transnacionais (Kian-Thiébaud, 2005). Esse fenômeno amplia a perspectiva da Iranologia, deslocando-a de uma abordagem centrada exclusivamente na territorialidade do Estado iraniano para uma compreensão mais ampla das experiências culturais iranianas no mundo globalizado.

A interdisciplinaridade é outro traço fundamental do cenário atual. Estudos que articulam análise de discurso, teoria pós-colonial, sociologia das religiões e antropologia política têm se tornado frequentes. A crítica ao Orientalismo, estabelecida por Said (1978), continua a influenciar fortemente metodologias e debates contemporâneos, levando pesquisadores a adotar abordagens mais sensíveis à agência iraniana e às dinâmicas internas do país. Em contrapartida, cresce também a atenção a leituras internas produzidas por intelectuais iranianos, o que contribui para diminuir a assimetria de perspectivas característica do campo em seus estágios iniciais.

No campo linguístico e literário, pesquisas sobre a língua persa — tanto em sua fase clássica quanto moderna — permanecem centrais. Estudos comparativos e investigações sobre manuscritos têm se expandido com a digitalização de acervos e com a aplicação de métodos de linguística histórica e crítica textual. Lewis (2002) e Davis (2006) continuam a influenciar pesquisas sobre poesia persa, enquanto novas abordagens investigam literatura contemporânea, escrita feminina e narrativas urbanas modernas.

Lewis (2002) enfatiza que o cenário atual da Iranologia também enfrenta desafios. Tensões políticas entre o Irã e países ocidentais frequentemente dificultam o acesso a arquivos e a realização de pesquisas de campo. Além disso, res-

trições internas relacionadas à censura e ao controle institucional podem limitar o trabalho de pesquisadores locais e estrangeiros. No entanto, a expansão das redes acadêmicas internacionais e o crescimento das plataformas digitais têm contribuído para mitigar algumas dessas limitações, ampliando a cooperação científica e a circulação de conhecimento.

5 A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA IRANOLOGIA: PERSPECTIVAS GEOPOLÍTICAS, DIMENSÃO CULTURAL E LINGUÍSTICA E ELEVÂNCIA ACADÊMICA E CIENTÍFICA

A Iranologia, enquanto campo interdisciplinar dedicado ao estudo da história, cultura, política, religião e línguas do espaço iraniano, tem adquirido crescente relevância estratégica nas últimas décadas. A centralidade geopolítica do Irã, associada à sua longa tradição civilizacional e à diversidade étnico-cultural que caracteriza o mundo iraniano, confere a esse campo de investigação um papel fundamental na compreensão de dinâmicas globais contemporâneas. Conforme destacam Katouzian (2009) e Dabashi (2012), o estudo do Irã ultrapassa a análise de um Estado-nação específico e move-se em direção à compreensão de uma civilização cuja influência ao longo da história se expandiu por diversas regiões da Ásia Ocidental e Central, repercutindo profundamente sobre questões políticas, linguísticas, religiosas e culturais do Oriente Médio.

Do ponto de vista geopolítico, a Iranologia oferece ferramentas indispensáveis para interpretar o posicionamento estratégico do Irã no sistema internacional. O país representa um ponto de interseção entre o Oriente Médio, a Ásia Central, o Cáucaso e o Oceano Índico, o que o torna ator fundamental para a segurança energética global, para o equilíbrio regional e para a mediação de conflitos. Segundo Leverett e Mann Leverett (2013), compreender a racionalidade política iraniana e suas projeções estratégicas requer uma leitura profunda da história do país e de sua formação identitária, elementos tradicionalmente abordados pela Iranologia. Nesse sentido, a interpretação de temas como o programa nuclear iraniano, suas alianças regionais, a política de resistência (*moqâvemat*) e sua relação com potências globais depende de uma abordagem que conjugue análise histórica, conhecimento cultural e leitura crítica das dinâmicas contemporâneas.

A literatura clássica também evidencia que a compreensão da formação política iraniana exige uma análise contínua dos ciclos históricos que moldaram o país. Frye (1975) destaca que a tradição imperial persa, com passagens por aquemênidas, sassânidas e safávidas, consolidou uma cultura política complexa, que combina centralização administrativa, forte identidade civilizacional e capacidade de adaptação às transformações políticas externas. Essa herança histórica permanece relevante no discurso político contemporâneo, sendo incorporada em narrativas identitárias e estratégias geopolíticas que buscam reposicionar o Irã no cenário global (Dabashi, 2012). Assim, estudos iranológicos sustentam que a compreensão das ações políticas do país depende de um olhar atento à relação entre tradição, religião, modernidade e resistência nacional.

Além da dimensão geopolítica, a Iranologia possui significativa importância cultural e linguística. A língua persa, uma das mais antigas do mundo ainda em uso contínuo, desempenha papel fundamental na transmissão das tradições literárias, filosóficas e religiosas iranianas. Conforme afirma Lazard (1992), o persa

constitui vetor central de coesão cultural no espaço iraniano, sendo ferramenta essencial para acessar fontes primárias da literatura clássica, como *Shahnameh*, de Ferdowsi, os ghazais de Hafez e as obras místicas de Rumi, e da produção intelectual moderna. A manutenção dessa tradição linguística e sua presença em países como Afeganistão, Tajiquistão e regiões do Cáucaso ampliam ainda mais o alcance da Iranologia, que não se limita ao território iraniano contemporâneo, mas abrange um universo cultural transnacional.

A relevância do persa não se restringe ao campo literário, mas abrange também o estudo de tradições religiosas e filosóficas. O zoroastrismo, uma das mais antigas religiões monoteístas do mundo, teve origem no antigo Irã e influenciou profundamente sistemas religiosos posteriores, como o judaísmo, o cristianismo e o islã. Boyce (2001) observa que a compreensão da estrutura dualista zoroastriana e de seus conceitos teológicos — como *asha* (verdade), *druj* (engano) e o papel do livre arbítrio — é indispensável para uma leitura mais completa da formação espiritual do Oriente Médio. Da mesma forma, o estudo do xiismo, predominante no Irã e central para sua configuração política contemporânea, exige domínio das tradições religiosas, teológicas e filosóficas que definem a identidade iraniana. Arjomand (1984) destaca que o xiismo doze-imamita, articulado à tradição jurídica e às formas de autoridade religiosa, constitui elemento fundamental para compreender o imaginário político iraniano e suas formas de mobilização social.

A dimensão cultural da Iranologia também incorpora o estudo das artes, arquitetura, música e práticas sociais que fazem parte da identidade iraniana. A produção arquitetônica persa, por exemplo, marcada pela riqueza ornamental e pelo simbolismo de suas construções, é reconhecida mundialmente por sua influência duradoura em diferentes regiões da Ásia e do Oriente Médio. Canby (2005) ressalta que a arte persa, desde a miniatura até os mosaicos islâmicos, representa um campo fértil para o estudo da estética, da espiritualidade e das relações interculturais. Do mesmo modo, o cinema iraniano contemporâneo, amplamente analisado por Dabashi (2001), tornou-se elemento central do diálogo cultural global, oferecendo narrativas que combinam crítica social, sensibilidade poética e densidade filosófica.

No âmbito acadêmico e científico, a Iranologia destaca-se como campo estratégico para a produção de conhecimento interdisciplinar. A área integra elementos da História, Antropologia, Linguística, Relações Internacionais, Estudos Religiosos e Filosofia, permitindo análises complexas sobre sociedade, política e cultura. Além disso, estudos recentes enfatizam a necessidade de consolidar centros de pesquisa especializados, fortalecer a formação de iranólogos e ampliar o acesso a fontes bibliográficas em persa, árabe e outras línguas iranianas. Conforme argumenta Amanat (2017), a compreensão do Irã contemporâneo exige um olhar capaz de articular continuidade histórica, rupturas modernas e disputas narrativas internas e externas, tarefa que somente uma abordagem iranológica madura pode oferecer.

A importância científica da Iranologia também se manifesta na necessidade de inclusão de novos temas e metodologias que ampliem o escopo do campo. Pesquisas recentes abordam questões como diáspora iraniana, modernidade e pós-modernidade no Irã, transformações sociopolíticas após a Revolução de 1979, estudos de gênero e o impacto das sanções internacionais. Keddie (2006) demonstra que a produção acadêmica sobre o Irã, quando sustentada por bases teóricas sólidas e metodologias rigorosas, contribui para desconstruir visões es-

tereotipadas e para promover uma compreensão mais ampla e crítica das dinâmicas regionais.

Nesse sentido, pode-se compreender que a Iranologia possui papel crucial no contexto contemporâneo, não apenas por sua contribuição analítica, mas também por sua relevância diplomática e intercultural. Em um mundo marcado por tensões e polarizações, o estudo profundo do Irã permite construir pontes intelectuais e culturais, favorecendo relações internacionais baseadas na compreensão mútua e no diálogo civilizacional. Conforme apontam Boroujerdi (2013) e Hunter (2019), a formação de especialistas capazes de interpretar as nuances da sociedade iraniana é estratégica para governos, universidades, organismos internacionais e centros de pesquisa, especialmente diante dos desafios que caracterizam o Oriente Médio no século XXI.

6 UMA REFLEXÃO CRÍTICA SOBRE AS LACUNAS, DESAFIOS E DEMANDAS DA PESQUISA EM IRANOLOGIA

A Iranologia, apesar de sua relevância histórica, cultural, geopolítica e acadêmica, enfrenta significativas lacunas e desafios que comprometem sua consolidação como campo de estudos plenamente estruturado. Embora obras clássicas, como as de Frye (1975) e Boyce (2001), tenham estabelecido bases sólidas para a compreensão da civilização iraniana, o desenvolvimento da área permanece assimétrico, fragmentado e, em muitos contextos, insuficientemente incorporado às agendas científicas contemporâneas. Assim, torna-se necessário refletir criticamente sobre os limites estruturais, epistemológicos e institucionais que moldam o estado atual das pesquisas em Iranologia, bem como sobre as demandas emergentes para sua expansão.

Uma das lacunas mais evidentes diz respeito à predominância de perspectivas ocidentais na produção do conhecimento iranológico. Durante grande parte do século XX, os estudos iranianos foram conduzidos sobretudo por universidades europeias e norte-americanas, o que levou à predominância de interpretações que, embora importantes, nem sempre refletem plenamente as leituras internas e as tradições intelectuais do próprio Irã. Como observa Boroujerdi (2013), a hegemonia epistemológica ocidental frequentemente reduziu o Irã a um objeto de análise geopolítica, negligenciando suas complexidades socioculturais e suas formas próprias de produzir conhecimento. Esse viés contribuiu para a difusão de abordagens orientalistamente marcadas, conforme criticadas por Said (1978), que identifica nos estudos sobre o Oriente, incluindo o Irã, um histórico de distorções baseadas em paradigmas coloniais.

Além disso, as pesquisas iranológicas têm enfrentadas limitações metodológicas. A acessibilidade restrita às fontes primárias, especialmente na língua persa e em outras línguas iranianas como pashto, kurdo ou osseto, dificulta análises mais profundas e abrangentes. Conforme argumenta Lazard (1992), o domínio da língua persa é condição necessária para qualquer estudo rigoroso sobre a cultura iraniana, uma vez que grande parte do patrimônio textual permanece inacessível para pesquisadores não especialistas. Contudo, observe-se uma carência de programas de formação linguística avançada fora do Irã, o que gera um déficit significativo de especialistas capazes de trabalhar diretamente com documentos históricos, literários, jurídicos e teológicos.

Outro desafio relevante refere-se às limitações impostas por barreiras político-diplomáticas. A complexidade das relações internacionais envolvendo o Irã, marcada por sanções econômicas, embargos culturais e tensões geopolíticas, tem restringido a circulação de pesquisadores, a cooperação interinstitucional e o acesso a acervos acadêmicos. Keddie (2006) ressalta que as condições políticas influenciam diretamente a produção de conhecimento sobre o Irã, criando ambientes de fragmentação e dificultando o diálogo entre pesquisadores iranianos e estrangeiros. Essa situação gera lacunas importantes, sobretudo em áreas sensíveis como política contemporânea, economia e segurança regional.

No campo epistemológico, outro desafio reside na necessidade de revisitar categorias analíticas tradicionais. Autores como Dabashi (2012) e Amanat (2017) argumentam que muitos estudos permanecem presos a leituras dicotômicas, tradição versus modernidade, Oriente versus Ocidente, secularismo versus religião, que não capturam a complexidade das dinâmicas sociais iranianas. Essas dicotomias reduzem a capacidade interpretativa da Iranologia, simplificando fenômenos multifacetados e perpetuando uma visão esquemática da sociedade iraniana. Como observa Hunter (2019), análises geopolíticas baseadas exclusivamente em abordagens estratégicas tendem a negligenciar dimensões culturais, simbólicas e históricas essenciais para entendimento mais profundo do Irã.

Uma demanda urgente para o fortalecimento da Iranologia consiste na expansão de abordagens interdisciplinares. Embora a área tradicionalmente integre história, linguística e estudos culturais, observa-se crescente necessidade de articulação com campos como estudos de gênero, sociologia urbana, antropologia digital, economia política e estudos da diáspora. Pesquisas recentes sobre a presença iraniana na Europa e na América do Norte, por exemplo, revelam novas dinâmicas identitárias, culturais e políticas que ainda são pouco exploradas pela literatura clássica (Hoodfar, 2017). Da mesma forma, temas relacionados à juventude iraniana, às transformações tecnológicas, aos movimentos sociais e às dinâmicas de participação política demandam maior atenção por parte de pesquisadores internacionais.

Outro ponto crucial refere-se à necessidade de descentralizar o olhar dentro do próprio Irã. A maior parte dos estudos concentra-se em cidades como Teerã, Isfahan, Shiraz e Tabriz, deixando à margem regiões periféricas e comunidades étnicas diversas, como curdos, balúchis, lur, árabes iranianos e grupos turcomenos. Arjomand (1984) já enfatizava, décadas atrás, que a diversidade interna do Irã é componente fundamental para compreender sua estrutura social e suas tensões políticas. Entretanto, ainda hoje muitas pesquisas reproduzem visões homogêneas, desconsiderando a pluralidade cultural que caracteriza o país.

No âmbito institucional, a Iranologia também enfrenta desafios significativos. Em diversos países, não há centros de pesquisa consolidados, cursos dedicados ou linhas de financiamento específicas que estimulem a produção acadêmica. No Brasil, por exemplo, o campo é ainda incipiente, sendo frequentemente integrado a programas mais amplos, como Estudos do Oriente Médio, Relações Internacionais ou História Antiga. A ausência de estruturas institucionais limita a formação de especialistas e a continuidade de pesquisas, reforçando a dependência de materiais estrangeiros e restringindo a autonomia intelectual da área.

Por outro lado, o acesso limitado a bibliografia atualizada constitui barreira relevante. Sanções internacionais, restrições de importação e a disponibilidade

reduzida de materiais traduzidos dificultam o trabalho de pesquisadores que não dominam o persa. Embora bases digitais iranianas, como o SID (Scientific Information Database) e o NoorMags, disponibilizem parte da produção científica, ainda existe um descompasso entre a literatura publicada no Irã e aquela acessível internacionalmente. Esse déficit contribui para a construção de visões desatualizadas ou distorcidas sobre a sociedade iraniana contemporânea.

Outro desafio estrutural diz respeito à necessidade de ampliar o diálogo acadêmico entre pesquisadores iranianos e estrangeiros. Diferenças metodológicas, barreiras linguísticas e restrições políticas dificultam o estabelecimento de redes colaborativas sólidas. Como observa Dabashi (2015), o potencial intelectual iraniano permanece insuficientemente integrado às discussões globais, apesar de sua profunda tradição acadêmica e científica.

Dessa forma, é importante destacar que a Iranologia enfrenta demandas emergentes diretamente relacionadas ao contexto internacional. Temas como mudanças climáticas, gestão da água, transformações econômicas, sanções e reorganização das alianças regionais requerem novas abordagens investigativas. A crescente importância tecnológica do Irã, especialmente nas áreas de engenharia, nanotecnologia e energia, descrita por Maloney (2020), demanda pesquisas capazes de integrar fatores científicos e geopolíticos, superando abordagens meramente culturalistas.

Diante desse conjunto de lacunas e desafios, torna-se evidente que a consolidação da Iranologia exige um esforço contínuo de revisão, expansão temática e fortalecimento institucional. A superação das limitações linguísticas, metodológicas e epistemológicas, aliada à criação de redes internacionais de pesquisa e à incorporação de perspectivas interdisciplinares, constitui passo fundamental para o avanço da área. Somente assim será possível construir um campo de estudos robusto, crítico e abrangente, capaz de compreender o Irã em sua complexidade histórica, cultural, política e social, contribuindo de maneira significativa para a produção de conhecimento global no século XXI.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo da pesquisa evidenciou que a Iranologia, enquanto campo de estudos dedicado à compreensão da história, cultura, geopolítica e produção intelectual do Irã, constitui uma área de relevância incontestável no cenário acadêmico contemporâneo. A partir do resgate de sua evolução histórica, da contextualização de seus fundamentos conceituais e da avaliação crítica de seu estado atual, tornou-se claro que a Iranologia desempenha papel estratégico para a compreensão de dinâmicas sociopolíticas amplas, que ultrapassam os limites regionais e se projetam globalmente.

Ficou demonstrado que, embora disponha de um robusto legado teórico formado por especialistas que moldaram a compreensão moderna da civilização iraniana, a área ainda enfrenta profundas assimetrias no acesso ao conhecimento, nas abordagens metodológicas e nos modelos interpretativos empregados. As lacunas epistemológicas identificadas, somadas às barreiras linguísticas, geopolíticas e institucionais, configuram desafios que dificultam a consolidação de uma Iranologia verdadeiramente plural, crítica e interdisciplinar.

Entretanto, esses desafios não diminuem a importância da área; ao contrário, reforçam a urgência de esforços coordenados que ampliem seu escopo e fortaleçam sua legitimidade acadêmica. A discussão sobre a relevância geopolítica do Irã, seja no Mediterrâneo, no Golfo Pérsico, na Ásia Central ou no Cáucaso, evidencia a necessidade de análises que superem abordagens reducionistas e geoestratégicas e incorporem a complexidade histórica e cultural do país. Do mesmo modo, a valorização de sua produção literária, artística, científica e filosófica revela dimensões da experiência iraniana frequentemente negligenciadas por perspectivas exclusivamente políticas ou securitárias.

As reflexões sobre os desafios da Iranologia demonstraram que a expansão do campo depende da articulação entre múltiplos vetores. Entre eles, destacam-se: a promoção do ensino de línguas iranianas, o fortalecimento dos centros de pesquisa especializados, o estímulo à formação de redes internacionais de cooperação científica e a ampliação do acesso a fontes primárias e bases acadêmicas produzidas no Irã. Também se mostrou indispensável a incorporação de perspectivas interdisciplinares, capazes de integrar temas como gênero, diáspora, modernidade urbana, tecnologia, economia política e movimentos sociais contemporâneos.

Nesse sentido, a Iranologia deve avançar em direção a um paradigma mais inclusivo, que contemple tanto a produção intelectual iraniana quanto as leituras construídas em outras regiões do mundo, especialmente no Sul Global. O caso brasileiro evidencia que há espaço para crescimento e inovação, visto que ainda carecemos de estruturas institucionais consistentes destinadas à pesquisa especializada sobre o Irã. A criação de grupos de estudo, a ampliação de intercâmbios e o incentivo a traduções acadêmicas constituem caminhos viáveis para o fortalecimento do campo em âmbito nacional.

Destarte, infere-se que a Iranologia, entrementes em que adversas reptos expressivos, apresenta oportunidades significativas para o desenvolvimento científico e para o entendimento das complexas interações que caracterizam o mundo contemporâneo.

Por final, avançar na superação de suas lacunas permitirá que este campo de estudos contribua de forma cada vez mais sólida para a produção de conhecimento crítico, plural e alinhado às demandas geopolíticas e socioculturais do século XXI.

REFERÊNCIAS

- AMANAT, Abbas. *Iran: A Modern History*. New Haven: Yale University Press, 2017.
- ARJOMAND, Said Amir. *The Shadow of God and the Hidden Imam*. Chicago: University of Chicago Press, 1984.
- BIRUNI, Abu Rayhan. *Chronology of Ancient Nations*. New York: Cosimo, 2010.
- BOROUJERDI, Mehrzad. *Iranian Intellectuals and the West*. Syracuse: Syracuse University Press, 2013.
- BOYCE, Mary. *Zoroastrians: Their Religious Beliefs and Practices*. 2. ed. New York: Routledge, 2001.
- BROWNE, Edward Granville. *A Literary History of Persia*. London: T. Fisher Unwin, 1902.

- CANBY, Sheila R. *Shah 'Abbas: The Remaking of Iran*. London: British Museum Press, 2005.
- CHRISTENSEN, Arthur. *L'Iran sous les Sassanides*. Copenhagen: Ejnar Munksgaard, 1944.
- CURTIS, John. *The Achaemenid Empire*. London: British Museum Press, 2010.
- DABASHI, Hamid. *Close Up: Iranian Cinema, Past, Present and Future*. London: Verso, 2001.
- DABASHI, Hamid. *The World of Persian Literary Humanism*. Cambridge: Harvard University Press, 2012.
- DAVIS, Dick. *Epic and Sedition: The Case of Ferdowsi's Shahnameh*. Washington: Mage Publishers, 2006.
- FRYE, Richard. *The Heritage of Persia*. Cleveland: World Publishing, 1962.
- HENNING, Walter Bruno. *Zoroastrian Problems in the Ninth Century A.D.* Oxford: Oxford University Press, 1958.
- HERÓDOTO. *Histórias*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HUNTER, Shireen. *The Future of Iran's Foreign Policy*. Washington: Brookings Institution, 2019.
- JONES, William. *The Works of Sir William Jones*. London: G. G. and J. Robinson, 1798.
- KATOUZIAN, Homa. *The Persians: Ancient, Mediaeval and Modern Iran*. New Haven: Yale University Press, 2009.
- KEDDIE, Nikki. *Modern Iran: Roots and Results of Revolution*. New Haven: Yale University Press, 2006.
- KIAN-THIÉBAUT, Azadeh. *Diasporic Iran: Cultural Politics in a Global Context*. London: I.B. Tauris, 2005.
- LAZARD, Gilbert. *La langue persane*. Paris: PUF, 1992.
- LEVERETT, Flynt; LEVERETT, Hillary Mann. *Going to Tehran*. New York: Metropolitan Books, 2013.
- LEWIS, Franklin. *Rumi: Past and Present, East and West*. Oxford: Oneworld, 2002.
- MILANI, Mohsen. *The Making of Iran's Islamic Revolution*. 2. ed. Boulder: Westview Press, 2011.
- NASR, Seyyed Hossein. *An Introduction to Islamic Cosmological Doctrines*. Albany: SUNY Press, 1993.
- SAID, Edward. *Orientalism*. New York: Pantheon Books, 1978.
- SCHMIDT, Erich. *Persepolis I*. Chicago: Oriental Institute, 1953.
- TAKEYH, Ray. *Guardians of the Revolution*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- YARSHATER, Ehsan (ed.). *Encyclopaedia Iranica*. New York: Columbia University Press, 1982.

RELAÇÕES PÚBLICAS:
compreensão sobre a sua função
estratégica

RESUMO: Este artigo tem como objetivo compreender o papel estratégico das Relações Públicas (RP) nas organizações contemporâneas, analisando sua evolução histórica, fundamentos conceituais, funções estratégicas e ferramentas práticas. A pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, utilizando obras clássicas e recentes da área, permitindo identificar as transformações da comunicação organizacional e o fortalecimento da função estratégica das RP. O estudo demonstra que as RP evoluíram de uma atuação essencialmente operacional para um papel central na gestão organizacional, integrando planejamento, gestão da reputação, comunicação interna, mídia digital, eventos corporativos e ações de responsabilidade social. Observa-se que a função estratégica das RP está ligada à construção de relacionamentos duradouros com públicos internos e externos, ao gerenciamento de crises, à manutenção da coerência entre identidade e imagem organizacional e à promoção da transparência e confiança social. Além disso, as ferramentas e práticas estratégicas das RP permitem às organizações atuar de forma proativa, antecipando problemas e fortalecendo sua legitimidade institucional. A comunicação integrada, a análise de dados, o engajamento digital e a mensuração de resultados são elementos essenciais para a eficácia da função estratégica. Conclui-se que as Relações Públicas não apenas fortalecem a visibilidade institucional, mas constituem um eixo central de gestão que promove credibilidade, reputação e responsabilidade social, sendo indispensáveis para organizações que buscam relevância, legitimidade e sustentabilidade em um contexto cada vez mais complexo e conectado.

Palavras-chave: Relações Públicas; comunicação estratégica; reputação; ferramentas de RP.

ABSTRACT: This article aims to understand the strategic role of Public Relations (PR) in contemporary organizations, analyzing its historical evolution, conceptual foundations, strategic functions, and practical tools. The research was conducted through a literature review, using classical and recent works in the field, enabling the identification of transformations in organizational communication and the strengthening of PR's strategic role. The study shows that PR has evolved from an essentially operational activity to a central role in organizational management, integrating planning, reputation management, internal communication, digital media, corporate events, and social responsibility initiatives. The strategic function of PR is linked to building lasting relationships with internal and external publics, managing crises, maintaining coherence between organizational identity and image, and promoting transparency and social trust. Moreover, PR's tools and practices allow organizations to act proactively, anticipating issues and strengthening institutional legitimacy. Integrated communication, data analysis, digital engagement, and performance measurement are essential elements for the effectiveness of strategic PR. It is concluded that Public Relations not only enhance institutional visibility but also constitute a central management axis that promotes credibility, reputation, and social responsibility, being indispensable for organizations seeking relevance, legitimacy, and sustainability in an increasingly complex and connected context.

Keywords: Public Relations; strategic communication; reputation; PR tools.

1 INTRODUÇÃO

As transformações sociais, econômicas e tecnológicas das últimas décadas têm modificado profundamente a forma como as organizações se comunicam com seus públicos e constroem sua legitimidade perante a sociedade. No contexto da globalização e da sociedade em rede, a informação circula em tempo real, influenciando percepções, comportamentos e decisões. Nesse cenário dinâmico, as Relações Públicas (RP) emergem como um campo estratégico, voltado à construção de relacionamentos sustentáveis e à gestão da reputação organizacional. A atividade de RP, antes restrita à divulgação institucional e à mediação com a imprensa, assume hoje um papel essencial na formulação de políticas de comunicação integrada e na consolidação da imagem e da identidade corporativa.

A comunicação organizacional contemporânea exige uma atuação planejada, ética e baseada em pesquisa. O profissional de Relações Públicas, nesse sentido, torna-se um agente estratégico capaz de interpretar cenários, compreender os interesses dos diversos públicos e propor ações de diálogo e relacionamento que fortaleçam a confiança entre organização e sociedade. Conforme Kunsch (2003), o planejamento em comunicação deve ser entendido como parte do planejamento estratégico geral das organizações, de modo a garantir coerência entre discurso e prática institucional. Assim, as RP passam a desempenhar um papel de gestão, atuando na formulação de estratégias que assegurem não apenas a visibilidade, mas também a legitimidade organizacional.

A relevância desse tema reside no fato de que, em um ambiente altamente competitivo e midiático, as organizações dependem cada vez mais de sua reputação e de sua capacidade de comunicar propósitos e valores. A função estratégica das RP transcende o caráter operacional e se consolida como instrumento de governança comunicacional, contribuindo para a gestão de crises, a fidelização de públicos e o fortalecimento da cultura organizacional. Segundo Grunig e Hunt (1984), o modelo de comunicação simétrica de duas vias representa o ideal das Relações Públicas contemporâneas, pois promove o diálogo, a compreensão mútua e o equilíbrio entre os interesses da organização e os de seus públicos.

No Brasil, o campo das Relações Públicas consolidou-se especialmente a partir da segunda metade do século XX, acompanhando o desenvolvimento industrial e a institucionalização da comunicação empresarial. Alguns estudos clássicos como os de Cândido Teobaldo de Souza Andrade e Margarida Kunsch contribuíram significativamente para o reconhecimento da área como disciplina científica e função estratégica de gestão. Hoje, diante das novas tecnologias, das redes sociais digitais e da crescente demanda por transparência, as RP são convocadas a exercer uma atuação ética, relacional e estratégica, alinhada às políticas de responsabilidade social e sustentabilidade corporativa (Ferrari, 2015).

O problema central que orienta este estudo consiste em compreender como as Relações Públicas se configuram como uma função estratégica nas organizações contemporâneas, considerando suas dimensões teóricas, históricas e práticas. Dessa forma, o objetivo geral é analisar a função estratégica das Relações Públicas no contexto da comunicação organizacional. Como objetivos específicos, pretende-se: (a) discutir a evolução histórica das RP; (b) apresentar seus principais conceitos e fundamentos teóricos; (c) compreender o papel estratégico das RP na gestão organizacional; e (d) identificar ferramentas e práticas

contemporâneas que potencializam sua atuação.

A justificativa para o desenvolvimento deste estudo está na necessidade de compreender o papel das RP para além de sua dimensão operacional, reconhecendo-as como instrumento de planejamento e tomada de decisão estratégica. Em tempos de alta exposição pública, as organizações precisam gerir de forma eficaz suas relações com os diferentes públicos, o que torna a comunicação um recurso de valor intangível. A reflexão sobre essa temática contribui para o campo acadêmico da comunicação e oferece subsídios práticos para profissionais e gestores que atuam na área.

Quanto à metodologia, trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, com abordagem descritiva e exploratória, baseada em revisão bibliográfica. O estudo fundamenta-se em autores clássicos e contemporâneos da área de Relações Públicas, como Grunig e Hunt (1984), Kunsch (2003), Ferrari (2015), Torquato (2002) e Bueno (2019), que oferecem diferentes perspectivas sobre o papel estratégico da comunicação nas organizações. A revisão foi conduzida a partir de levantamento de livros, artigos científicos e documentos institucionais disponíveis em bases de dados acadêmicas e bibliotecas digitais. A metodologia adotada permite compreender o fenômeno de forma interpretativa, priorizando a análise conceitual e teórica em detrimento de dados empíricos, o que é apropriado para o objetivo proposto de aprofundar a compreensão sobre o caráter estratégico das RP.

Assim, este artigo estrutura-se em seis seções. Após esta introdução, o capítulo 2 aborda a evolução histórica das Relações Públicas, destacando seus principais marcos e transformações no Brasil e no mundo. O capítulo 3 trata dos conceitos e fundamentos teóricos da área, apresentando as bases conceituais que sustentam sua prática. Em seguida, o capítulo 4 analisa a função estratégica das RP no contexto da comunicação organizacional contemporânea. O capítulo 5 discute as ferramentas e práticas estratégicas que qualificam a atuação do profissional de RP nas organizações. Por fim, o capítulo 6 apresenta as considerações finais, sintetizando os principais achados e refletindo sobre os desafios e perspectivas futuras da profissão.

2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

A trajetória das Relações Públicas (RP) está intrinsecamente ligada à evolução da comunicação, das organizações e das transformações sociais ocorridas ao longo do século XX. O surgimento das RP como campo profissional e científico resultou da necessidade das instituições modernas de gerirem seus relacionamentos com públicos cada vez mais amplos e diversificados, em contextos marcados pela expansão da mídia, pela industrialização e pela crescente complexidade das relações sociais (Andrade, 1989). De uma prática essencialmente instrumental, voltada à difusão de informações, as RP evoluíram para uma função estratégica de gestão de relacionamentos e reputação, acompanhando as mudanças do ambiente organizacional e da sociedade em rede.

As origens históricas das Relações Públicas remontam ao início do século XX, nos Estados Unidos, com o advento das grandes corporações industriais e o fortalecimento dos meios de comunicação de massa. Nesse contexto, Ivy Lee é amplamente reconhecido como um dos precursores da atividade, sendo respon-

sável por introduzir princípios de transparência e responsabilidade na comunicação institucional. Em 1906, Lee publicou a “*Declaration of Principles*”, documento que propunha uma nova postura das organizações perante o público e a imprensa, defendendo a comunicação baseada em fatos e na ética profissional (Ferrari, 2015). Esse marco simboliza o início de uma prática que buscava substituir a manipulação e a propaganda pela comunicação responsável e informativa.

Outro nome fundamental para a consolidação das RP foi Edward Bernays, considerado o “pai das Relações Públicas modernas”. Bernays (1923) foi o primeiro a sistematizar o campo a partir de fundamentos teóricos e psicológicos, relacionando a comunicação organizacional às teorias de persuasão e comportamento social. Em sua obra *Crystallizing Public Opinion*, o autor defende que as RP são uma ferramenta de engenharia social voltada à harmonização entre os interesses das organizações e da opinião pública. Sua atuação, fortemente influenciada pelas ideias do seu tio, Sigmund Freud, introduziu o uso consciente da psicologia para compreender e influenciar percepções coletivas (Bernays, 1923).

Nas décadas seguintes, o campo das RP expandiu-se com a consolidação dos meios de comunicação e com a necessidade das organizações de manterem boa imagem perante a sociedade. O período entre as duas guerras mundiais foi especialmente relevante para o amadurecimento da área, pois as instituições governamentais e corporativas passaram a investir na comunicação sistemática e planejada com o público. No pós-guerra, com o avanço do capitalismo e a consolidação da mídia de massa, as RP assumiram um papel estratégico no fortalecimento de marcas e na legitimação de políticas empresariais (Ferrari, 2015).

No Brasil, as Relações Públicas começaram a se estruturar na década de 1950, influenciadas pelo modelo norte-americano. Em 1954, foi criada a Associação Brasileira de Relações Públicas (ABRP), responsável por promover a profissionalização e o reconhecimento social da atividade. Já em 1967, foi promulgada a Lei nº 5.377, que regulamentou a profissão e instituiu o Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas (CONFERP), estabelecendo normas para o exercício profissional. Essa regulamentação representou um marco para o campo no país, consolidando-o como uma área de atuação específica dentro da comunicação social (Kunsch, 2003).

Nas décadas de 1970 e 1980, as RP brasileiras passaram por um processo de institucionalização acadêmica, com o surgimento dos primeiros cursos universitários e a expansão da produção científica. Ferrari (2015) menciona que autores como Cândido Teobaldo de Souza Andrade, Gaudêncio Torquato e Margarida Kunsch contribuíram significativamente para a consolidação teórica e metodológica da área. Andrade (1989) destacou a importância das RP como instrumento de modernização e democratização da comunicação nas organizações, enquanto Torquato (2002) enfatizou sua função política e estratégica na gestão da imagem corporativa. Kunsch (2003), por sua vez, ampliou o conceito ao propor a integração das RP com outras formas de comunicação organizacional, inaugurando o paradigma da comunicação integrada.

A partir dos anos 1990, com a intensificação da globalização e o avanço das tecnologias digitais, as Relações Públicas enfrentaram novos desafios e oportunidades. O surgimento da internet e, posteriormente, das redes sociais, modificou radicalmente as dinâmicas comunicacionais, exigindo das organizações maior transparência, agilidade e capacidade de interação direta com os públicos. Nesse

novo ambiente, as RP deixaram de ser um setor periférico e passaram a ocupar posição central nas estratégias organizacionais, atuando na gestão da reputação e no monitoramento das percepções sociais (Bueno, 2019).

Na contemporaneidade, o conceito de Relações Públicas transcende a perspectiva da simples mediação informativa e se consolida como gestão de relacionamentos estratégicos. Conforme Grunig e Hunt (1984), a função das RP é promover uma comunicação simétrica, na qual organização e públicos participam de um processo contínuo de diálogo e adaptação mútua. Essa abordagem, conhecida como Teoria da Excelência, defende que as organizações que adotam uma comunicação baseada em pesquisa, ética e simetria tendem a alcançar melhores resultados e maior legitimidade social.

3 CONCEITOS E FUNDAMENTOS DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

A compreensão dos conceitos e fundamentos das RP é essencial para reconhecer a amplitude e a complexidade dessa área, que integra a comunicação, a gestão e as ciências sociais. Conforme compreende Kunsch (2003), as RP constituem um campo interdisciplinar que busca compreender e administrar as interações entre as organizações e seus diversos públicos, fundamentando-se em princípios de ética, transparência, diálogo e responsabilidade social. Mais do que um conjunto de técnicas de divulgação, as RP configuram-se como um processo estratégico de gestão de relacionamentos e de construção da legitimidade institucional.

Segundo Kunsch (2003), as Relações Públicas devem ser entendidas como uma atividade de gestão que envolve planejamento, execução e avaliação de políticas e estratégias de comunicação voltadas ao fortalecimento da imagem e da reputação das organizações. A autora propõe o conceito de comunicação organizacional integrada, no qual as RP desempenham papel articulador entre os diferentes subsistemas comunicacionais — institucional, mercadológico, interno e administrativo —, garantindo coerência e unidade no discurso organizacional. Dessa forma, a comunicação deixa de ser apenas uma ferramenta operacional e passa a constituir um ativo estratégico de gestão.

Grunig e Hunt (1984) propuseram quatro modelos teóricos que representam a evolução da prática de RP: o modelo de agência de imprensa e publicidade, o modelo de informação pública, o modelo de comunicação assimétrica de duas vias e o modelo de comunicação simétrica de duas vias. Este último, denominado modelo da excelência, é considerado o mais avançado, pois baseia-se na comunicação dialógica e na busca de entendimento mútuo entre organização e públicos. A comunicação simétrica pressupõe pesquisa, escuta ativa e ajustamento recíproco, tornando-se um pilar central das RP estratégicas contemporâneas.

Do ponto de vista conceitual, as RP podem ser definidas como o esforço deliberado, planejado e contínuo de estabelecer e manter o entendimento, a confiança e a cooperação entre uma organização e seus públicos (Ferrari, 2015). Essa definição evidencia a dimensão relacional e ética do campo, afastando-o da ideia de manipulação ou mera assessoria de imprensa. (2015) argumenta que o papel do profissional de RP é gerir relacionamentos sustentáveis, mediando interesses e promovendo o diálogo como instrumento de gestão da reputação e do capital

simbólico da organização.

No âmbito da comunicação institucional, as RP se distinguem de áreas correlatas, como marketing, publicidade e jornalismo organizacional, por seu enfoque estratégico e relacional. Enquanto o marketing busca promover produtos e serviços e o jornalismo organizacional privilegia a difusão de informações, as RP se concentram na construção de vínculos de confiança e credibilidade (Kunsch, 2009). Essa distinção é reforçada por Torquato (2002), ao afirmar que as RP assumem um papel político dentro das organizações, atuando como mediadoras entre os interesses corporativos e as demandas sociais, numa perspectiva de comunicação cidadã e institucional.

A partir de uma perspectiva teórica ampliada, Wilcox, Cameron e Reber (2015) destacam que as RP contemporâneas se apoiam em três pilares fundamentais: pesquisa, planejamento e avaliação. A pesquisa permite compreender o contexto e os públicos; o planejamento define objetivos e estratégias; e a avaliação mensura resultados e impactos. Essa tríade confere cientificidade e legitimidade à prática das RP, afastando-a de uma atuação empírica e aproximando-a de um modelo de gestão baseada em evidências.

Outro fundamento essencial das RP é o conceito de imagem, identidade e reputação organizacional, amplamente discutido por Baldissera (2008) e Bueno (2019). A imagem representa a percepção construída socialmente sobre a organização; a identidade corresponde aos valores e princípios que definem sua essência; e a reputação resulta da consistência e da credibilidade mantidas ao longo do tempo. As RP, portanto, são responsáveis por alinhar esses elementos de forma coerente e transparente, assegurando a legitimidade institucional e a sustentabilidade comunicacional.

As RP também se caracterizam por sua dimensão ética e social. Conforme Simões (1995), o profissional de RP deve atuar como agente de responsabilidade pública, comprometido com a verdade e com o bem comum, reconhecendo a comunicação como um instrumento de cidadania. Essa visão é reforçada por Andrade (1989), que concebe as RP como ferramenta de democratização da informação e de fortalecimento do diálogo entre as organizações e a sociedade. Nesse sentido, a função das RP ultrapassa o âmbito empresarial e adquire uma dimensão pública e política, essencial para a consolidação de práticas comunicacionais sustentáveis.

Com o advento da era digital e a crescente interatividade entre organizações e públicos, as RP passaram a incorporar novas tecnologias e metodologias, como a comunicação digital estratégica, o monitoramento de mídias sociais e o uso de big data para análise de percepções (Bueno, 2019). Esses avanços ampliaram as possibilidades de atuação e exigiram novas competências do profissional de RP, que agora precisa integrar visão analítica, sensibilidade social e domínio técnico para lidar com cenários complexos e dinâmicos.

4 A FUNÇÃO ESTRATÉGICA DAS RELAÇÕES PÚBLICAS

A função estratégica das RP está intrinsecamente ligada à capacidade de integrar comunicação, gestão e relacionamento dentro das organizações. Em um cenário de transformações constantes, impulsionadas pela globalização, pela

aceleração tecnológica e pela intensificação da transparência nas relações institucionais, as RP assumem papel fundamental na formulação e execução de estratégias que assegurem legitimidade, reputação e sustentabilidade organizacional (Kunsch, 2016). O profissional de Relações Públicas, nesse contexto, atua como mediador entre a organização e seus diversos públicos, contribuindo para o alinhamento entre identidade, imagem e comportamento corporativo.

De acordo com Grunig e Hunt (1984), a comunicação estratégica constitui o eixo central das RP modernas. Os autores, ao desenvolverem a Teoria da Excelência, destacam que uma comunicação eficaz é aquela que promove relações simétricas, baseadas na escuta e na negociação de interesses entre organizações e públicos. Essa perspectiva afasta o modelo de comunicação unidirecional, centrado apenas na difusão de mensagens, e propõe um modelo bidirecional, orientado ao diálogo e à construção de relacionamentos duradouros. Assim, as RP passam a ser compreendidas não como um conjunto de ações táticas isoladas, mas como uma função estratégica que influencia diretamente os processos decisórios e a cultura organizacional (Grunig, 1992).

A partir dessa visão, a comunicação torna-se uma ferramenta de gestão e planejamento. Para Kunsch (2003), as Relações Públicas, quando integradas ao planejamento organizacional, permitem que a comunicação seja pensada de forma sistêmica, articulando objetivos, públicos, mensagens e resultados. Nesse sentido, o papel do profissional de RP é estratégico porque envolve análise de contextos, identificação de riscos, formulação de políticas de relacionamento e avaliação de impactos na imagem institucional. Segundo Ferrari (2015), essa atuação contribui para o fortalecimento da reputação, um dos ativos intangíveis mais valiosos das organizações contemporâneas.

A função estratégica das RP também está relacionada à construção de confiança entre a organização e seus stakeholders. Segundo Costa (2018), a confiança é um elemento central para o desempenho organizacional e depende da consistência entre discurso e prática. As RP desempenham papel fundamental na manutenção dessa coerência, assegurando que as promessas comunicadas sejam refletidas nas ações institucionais. Essa coerência é essencial em tempos de crise, nos quais a comunicação precisa ser rápida, transparente e ética para proteger a reputação e o valor simbólico da marca (Torquato, 2017).

No contexto atual, as mídias digitais ampliaram as possibilidades de atuação das RP estratégicas. As redes sociais, os ambientes colaborativos e as plataformas digitais transformaram os públicos em agentes ativos da comunicação, capazes de influenciar a imagem de uma organização em tempo real (Ferrari, 2020). Assim, as RP precisam lidar com um cenário de constante monitoramento, em que o feedback do público é instantâneo e a exposição é contínua. Essa realidade exige o uso de ferramentas analíticas, planejamento de conteúdo e ações de engajamento digital baseadas em dados. De acordo com Marchiori (2018), a função estratégica das RP no ambiente digital deve ser pautada pela escuta qualificada e pelo fortalecimento de vínculos simbólicos que promovam empatia e pertencimento.

Outro aspecto relevante é o papel das RP na governança organizacional. A comunicação estratégica contribui para a transparência, a ética e a prestação de contas — princípios fundamentais para a consolidação de práticas de governança responsáveis (Bueno, 2019). Quando as RP atuam de forma integrada com as

áreas de responsabilidade social, sustentabilidade e compliance, elas ajudam a legitimar as ações organizacionais perante a sociedade, reforçando o compromisso com valores éticos e com o desenvolvimento sustentável. Essa perspectiva amplia o alcance estratégico das RP, conectando-as às dimensões políticas e sociais da organização.

Além disso, o papel estratégico das RP se manifesta na gestão de crises. Para Argenti (2015), uma comunicação eficaz em situações críticas depende de um planejamento prévio, de mensagens consistentes e de uma resposta rápida e transparente. As RP, nesse contexto, são responsáveis por articular os canais de comunicação, preparar porta-vozes e promover o diálogo com os públicos impactados. A gestão estratégica da crise não apenas minimiza danos, mas também pode fortalecer a reputação, desde que conduzida com autenticidade e responsabilidade.

A atuação estratégica das RP também requer uma postura de pesquisa e avaliação contínua. Segundo Wilcox et al. (2013), as decisões em RP devem ser embasadas em dados e indicadores de desempenho comunicacional, como percepção pública, engajamento e credibilidade. A mensuração de resultados torna-se, portanto, um componente indispensável da prática estratégica, pois permite ajustar estratégias, demonstrar valor e justificar investimentos na área. Mais do que uma atividade de suporte, as RP são hoje reconhecidas como um componente central da gestão organizacional moderna, capaz de gerar valor simbólico, social e econômico (Kunsch, 2016; Ferrari, 2020). Assim, compreender e aplicar a função estratégica das RP é essencial para que as organizações mantenham relevância, legitimidade e sustentabilidade em um mundo cada vez mais interconectado e exigente.

5 RELAÇÕES PÚBLICAS: FERRAMENTAS E PRÁTICAS ESTRATÉGICAS

O campo das RP apresenta uma diversidade de ferramentas e práticas estratégicas que se configuram como essenciais para o fortalecimento da imagem, reputação e relacionamento das organizações com seus diversos públicos. No contexto contemporâneo, caracterizado por uma intensa competitividade e pelo avanço das tecnologias digitais, as práticas de RP ultrapassam a comunicação meramente informativa e assumem um papel estratégico de gestão relacional, capaz de gerar valor simbólico e institucional (Grunig; Hunt, 1984; Kunsch, 2018). Assim, compreender as ferramentas utilizadas pelas RP e suas aplicações práticas é fundamental para perceber como esta área contribui para o posicionamento e o sucesso organizacional.

As ferramentas estratégicas das Relações Públicas abrangem um amplo espectro de instrumentos voltados à comunicação institucional, à construção de relacionamentos e à gestão da imagem. Segundo Kunsch (2018), a comunicação organizacional é um processo dinâmico e sistêmico, no qual as RP desempenham o papel de mediadoras entre a organização e seus públicos, buscando harmonizar interesses, prevenir crises e consolidar a credibilidade institucional. Nesse sentido, as ferramentas de RP devem estar alinhadas ao planejamento estratégico da organização, integrando-se às demais áreas de comunicação e marketing.

Entre as principais ferramentas utilizadas nas práticas estratégicas de Relações Públicas estão a assessoria de imprensa, o gerenciamento de crises, o media training, a comunicação interna, os eventos corporativos, as ações de responsabilidade social, o marketing institucional e o monitoramento de imagem. Cada uma dessas ferramentas cumpre uma função específica dentro do escopo da comunicação estratégica. A assessoria de imprensa, por exemplo, é uma das práticas mais tradicionais das RP e consiste em estabelecer e manter um relacionamento constante e ético com os meios de comunicação, garantindo a veiculação de informações de interesse público sobre a organização (Ferrari, 2015). Essa prática não se limita à divulgação de notícias, mas envolve o planejamento de pautas, a preparação de releases, a gestão de entrevistas e a mediação entre fontes e jornalistas, com o objetivo de assegurar a coerência da mensagem institucional.

O gerenciamento de crises é outra ferramenta essencial no âmbito das Relações Públicas estratégicas. Trata-se de um conjunto de ações planejadas e executadas para prevenir, administrar e mitigar os impactos negativos de situações que possam afetar a reputação da organização (Grunig; Hunt, 1984). Uma comunicação eficaz em tempos de crise exige transparência, agilidade e empatia. O profissional de RP deve atuar como articulador, construindo narrativas que transmitam confiança e demonstrando o compromisso ético e social da instituição. Nesse contexto, a existência de um plano de gestão de crises, com protocolos definidos e fluxos de comunicação claros, é fundamental para reduzir danos e preservar a imagem corporativa (Kunsch, 2018).

Outra prática estratégica importante é o media training, que consiste no treinamento de porta-vozes e lideranças organizacionais para o relacionamento com a imprensa. Segundo Nassar (2009), o media training é essencial para preparar os representantes da organização a se comunicarem de forma clara, segura e assertiva diante dos diferentes públicos e da mídia. Essa ferramenta, além de aprimorar a expressão verbal e corporal, contribui para a construção de uma imagem de credibilidade e profissionalismo.

A comunicação interna, por sua vez, é uma das bases mais sólidas das Relações Públicas estratégicas. Nenhuma organização consegue sustentar uma imagem positiva externamente se internamente seus colaboradores não estiverem alinhados com os valores e propósitos institucionais. De acordo com Marchiori (2016), a comunicação interna deve promover o diálogo, o engajamento e o sentimento de pertencimento entre os membros da organização. Para isso, podem ser utilizadas ferramentas como informativos, intranets, murais, newsletters, aplicativos corporativos, reuniões de alinhamento e campanhas de endomarketing. Essas ações fortalecem a cultura organizacional e contribuem para a coesão entre os objetivos estratégicos e o comportamento dos colaboradores.

Os eventos corporativos também se destacam como práticas relevantes dentro das Relações Públicas estratégicas. Eles possibilitam o fortalecimento dos vínculos entre a organização e seus diversos públicos, além de funcionarem como instrumentos de visibilidade institucional. Segundo Duarte (2020), os eventos empresariais cumprem funções simbólicas e relacionais, sendo espaços de interação que promovem o reconhecimento social da marca. Podem assumir diferentes formatos, como conferências, feiras, lançamentos de produtos, encontros de stakeholders, seminários ou eventos comemorativos. O planejamento desses eventos deve considerar a coerência com a identidade da organização e a clareza dos objetivos comunicacionais.

Outra prática que tem se tornado cada vez mais relevante no contexto contemporâneo é a comunicação digital, impulsionada pelo avanço das tecnologias da informação e pela expansão das redes sociais. As plataformas digitais se consolidaram como ferramentas estratégicas de interação direta com o público, possibilitando a escuta ativa, o engajamento e a construção de comunidades em torno da marca (Recuero, 2014). Nesse sentido, o profissional de RP precisa dominar estratégias de conteúdo, gestão de reputação online e monitoramento de métricas de engajamento. As redes sociais, blogs corporativos, podcasts e canais de vídeo tornaram-se instrumentos indispensáveis na gestão moderna da comunicação organizacional.

Além das ferramentas tradicionais e digitais, as ações de responsabilidade social e sustentabilidade também constituem práticas fundamentais das RP estratégicas. Conforme Kunsch (2018), a comunicação responsável é aquela que se compromete com a ética, a transparência e o desenvolvimento sustentável. As práticas de RP devem, portanto, contribuir para o fortalecimento da imagem institucional a partir de ações que reflitam compromisso social e ambiental. Projetos comunitários, campanhas de conscientização, programas de voluntariado e relatórios de sustentabilidade são exemplos de práticas que integram comunicação e cidadania.

O marketing institucional complementa esse conjunto de ferramentas, destacando-se por buscar a valorização da identidade e da reputação da organização. Enquanto o marketing comercial tem como foco principal a venda de produtos e serviços, o marketing institucional visa consolidar o prestígio e a confiança da marca junto à sociedade (Kotler; Keller, 2012). Nesse contexto, as Relações Públicas assumem um papel estratégico, coordenando ações que reforcem a coerência entre o discurso e a prática da organização, fortalecendo assim o capital simbólico e relacional.

Por fim, o monitoramento de imagem e o uso de indicadores de desempenho comunicacional são práticas fundamentais para avaliar a efetividade das estratégias de RP. De acordo com Simões (2011), o acompanhamento sistemático da percepção pública e da cobertura midiática permite ajustar as ações comunicacionais, antecipar crises e medir o retorno das iniciativas institucionais. Ferramentas de clipping, análise de sentimento, métricas de engajamento digital e pesquisas de opinião são amplamente utilizadas para esse fim, compondo um processo contínuo de avaliação e melhoria.

Dessa forma, as ferramentas e práticas estratégicas das RP não se limitam à execução de atividades operacionais, mas constituem um sistema integrado de gestão da comunicação, que visa à consolidação de relacionamentos sustentáveis e à legitimação institucional. Em um ambiente em que a informação circula de forma veloz e o público exige autenticidade e transparência, a atuação estratégica do profissional de RP torna-se essencial para o equilíbrio entre os interesses organizacionais e as demandas sociais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As RP, ao longo de sua trajetória, deixaram de ser compreendidas apenas como uma atividade de suporte comunicacional para se consolidarem como um campo estratégico essencial à gestão organizacional. O percurso histórico e con-

ceitual dessa área, analisado neste trabalho, evidencia um movimento de amadurecimento teórico e prático que reflete as transformações sociais, econômicas e tecnológicas das últimas décadas. Atualmente, o profissional de Relações Públicas é um gestor de relacionamentos e reputações, cuja atuação estratégica contribui diretamente para a sustentabilidade e legitimidade institucional, especialmente em contextos marcados pela velocidade da informação e pela crescente exigência de transparência por parte da sociedade.

Ao longo da discussão apresentada, observou-se que a função estratégica das Relações Públicas está intrinsecamente ligada à capacidade de promover o diálogo entre a organização e seus diversos públicos, internos e externos, com vistas à construção de relacionamentos de confiança. Essa mediação comunicacional, conforme ressaltam Grunig e Hunt (1984), é o que diferencia as RP de outras áreas da comunicação, pois envolve não apenas a transmissão de mensagens, mas também a escuta ativa e o gerenciamento simbólico das percepções sociais. Assim, a atuação em RP exige uma visão sistêmica da organização, na qual o planejamento comunicacional se articula ao planejamento estratégico global.

O contexto atual, marcado pela globalização e pela digitalização dos processos comunicacionais, impõe novos desafios e oportunidades às Relações Públicas. A emergência das mídias digitais e das redes sociais transformou profundamente a forma como as organizações interagem com seus públicos. Como resalta Recuero (2014), o ambiente digital favorece a bidirecionalidade da comunicação e a construção de comunidades em torno de valores compartilhados, mas também potencializa crises e controvérsias quando há falta de coerência entre discurso e prática. Diante disso, o profissional de RP precisa desenvolver competências analíticas e tecnológicas para monitorar fluxos de informação, avaliar métricas de engajamento e adaptar as estratégias comunicacionais às dinâmicas digitais.

Do ponto de vista metodológico, este estudo foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica, com base em obras clássicas e contemporâneas da área de comunicação e Relações Públicas. Essa abordagem permitiu compreender a evolução teórica e prática do campo, bem como identificar as contribuições de autores fundamentais, como Kunsch (2018), Grunig e Hunt (1984), Ferrari (2015), Duarte (2020) e Recuero (2014). A análise desses referenciais evidenciou a importância de compreender as RP como um sistema estratégico de gestão da comunicação, cuja finalidade ultrapassa o campo da visibilidade midiática, alcançando a esfera da legitimidade social.

Dessa forma, pode-se concluir que a função das RP no contexto organizacional contemporâneo é essencialmente estratégica, pois contribui para a formação de vínculos duradouros, o gerenciamento da reputação e a construção de uma comunicação dialógica e ética. Em um ambiente cada vez mais complexo, em que a credibilidade das instituições é constantemente posta à prova, as RP assumem a responsabilidade de orientar a comunicação organizacional para a transparência, o engajamento e o equilíbrio entre os interesses empresariais e as expectativas sociais.

As práticas e ferramentas analisadas demonstram que o sucesso das RP depende de planejamento, coerência e atualização constante. O profissional de RP precisa compreender as transformações tecnológicas, os novos comportamen-

tos de consumo de informação e as dinâmicas de poder simbólico que permeiam o espaço público. Mais do que nunca, torna-se indispensável a adoção de uma postura estratégica, pautada em valores éticos e em uma visão de longo prazo.

Por fim, as RP contemporâneas não podem ser reduzidas à assessoria de imprensa ou à produção de eventos; elas constituem um eixo fundamental da gestão organizacional, orientando processos de comunicação que fortalecem a identidade, a reputação e a responsabilidade social das instituições. Ao promover o diálogo e a construção de confiança, as RP contribuem para a consolidação de organizações mais conscientes, participativas e socialmente comprometidas. Essa perspectiva reforça a ideia de que a comunicação, quando bem planejada e estrategicamente conduzida, é um instrumento de transformação social e de fortalecimento das relações humanas e institucionais.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. *Relações públicas e modernidade*. São Paulo: Summus, 1989.
- ARGENTI, Paul A. *Corporate Communication*. 7. ed. New York: McGraw-Hill Education, 2015.
- BALDISSERA, Rudimar. *Comunicação organizacional e identidade: a complexidade dos processos comunicacionais nas organizações contemporâneas*. São Leopoldo: Unisinos, 2008.
- BERNAYS, Edward L. *Crystallizing Public Opinion*. New York: Boni and Liveright, 1923.
- BUENO, Wilson da Costa. *Comunicação empresarial: teoria e pesquisa*. São Paulo: Manole, 2019.
- COSTA, Maria José da. *Gestão da confiança e reputação nas organizações*. Rio de Janeiro: FGV, 2018.
- DUARTE, Jorge. *Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2020.
- FERRARI, Maria Aparecida. *Relações Públicas: teoria, contexto e relacionamentos*. São Paulo: Saraiva, 2015.
- FERRARI, Maria Aparecida. *Relações públicas digitais*. São Paulo: Atlas, 2020.
- GRUNIG, James E. *Excellence in Public Relations and Communication Management*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, 1992.
- GRUNIG, James E.; HUNT, Todd. *Managing Public Relations*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1984.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Planejamento de relações públicas na comunicação integrada*. 7. ed. São Paulo: Summus, 2003.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Comunicação organizacional: conceitos e dimensões*. São Paulo: Saraiva, 2009.
- KUNSCH, Margarida Maria Krohling. *Comunicação organizacional estratégica: histórico, fundamentos e processos*. 3. ed. São Paulo: Summus, 2016.
- MARCHIORI, Marlene. *Comunicação interna e cultura organizacional: estudo de caso e práticas*. São Paulo: Difusão, 2016.
- MARCHIORI, Marlene. *Comunicação e organização: reflexões, processos e práticas*. 2. ed. São Caetano do Sul: Difusão, 2018.

- NASSAR, Paulo. *Relações Públicas e a construção da responsabilidade social das organizações*. São Paulo: Mauad X, 2009.
- RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2014.
- SIMÕES, Roberto Porto. *Relações públicas e cidadania*. São Paulo: Pioneira, 1995.
- SIMÕES, Roberto. *Gestão da comunicação e mensuração de resultados em Relações Públicas*. São Paulo: Cengage Learning, 2011.
- TORQUATO, Gaudêncio. *Comunicação empresarial e política*. São Paulo: Pioneira, 2002.
- WILCOX, Dennis L.; CAMERON, Glen T.; REBER, Bryan H. *Relações públicas: estratégias e táticas*. 11. ed. São Paulo: Pearson, 2015.

**ENTRE CRENÇAS E VALORES: o
diálogo interreligioso como um
mecanismo de paz na sociedade**

RESUMO: A crescente diversidade religiosa nas sociedades contemporâneas tem evidenciado tanto o potencial enriquecedor do pluralismo quanto os desafios decorrentes de conflitos, intolerâncias e radicalizações associadas às crenças religiosas. Nesse contexto, o presente artigo analisa o diálogo inter-religioso como um mecanismo de promoção da paz na sociedade, compreendendo-o como uma prática ética, social e política capaz de fomentar a convivência democrática e o respeito à diversidade. O estudo parte da compreensão da religião como fenômeno social dinâmico, inserido em um cenário plural marcado por transformações culturais, globalização e disputas simbólicas. A partir de uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-reflexivo, fundamentada em revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos das Ciências da Religião, Sociologia e Filosofia, o artigo discute o pluralismo religioso, o conceito de diálogo inter-religioso e a identificação de valores éticos comuns entre diferentes tradições de fé. Destaca-se que princípios como a dignidade da pessoa humana, a justiça, a solidariedade, a compaixão e a promoção da vida constituem fundamentos compartilhados que possibilitam ações conjuntas em favor da cultura da paz. Ademais, o estudo aprofunda a análise do diálogo inter-religioso como estratégia de enfrentamento aos fundamentalismos e às radicalizações religiosas, compreendidos como fenômenos que negam a alteridade e fragilizam a convivência social. Conclui-se que o diálogo inter-religioso, quando assumido de forma crítica e comprometida com os direitos humanos e a justiça social, configura-se como instrumento indispensável para a construção da paz positiva, contribuindo para a superação da intolerância religiosa e para o fortalecimento de sociedades pluralistas, inclusivas e democráticas.

Palavras-chave: Diálogo inter-religioso; Cultura da paz; Pluralismo religioso; Intolerância religiosa.

ABSTRACT: The growing religious diversity in contemporary societies has highlighted both the enriching potential of pluralism and the challenges arising from conflicts, intolerance, and radicalization associated with religious beliefs. In this context, this article analyzes interreligious dialogue as a mechanism for promoting peace in society, understanding it as an ethical, social, and political practice capable of fostering democratic coexistence and respect for diversity. The study is grounded in the understanding of religion as a dynamic social phenomenon, situated within a plural context marked by cultural transformations, globalization, and symbolic disputes. Adopting a qualitative and theoretical-reflective approach, based on a bibliographic review of classical and contemporary authors from the fields of Religious Studies, Sociology, and Philosophy, the article examines religious pluralism, the concept of interreligious dialogue, and the identification of shared ethical values among different faith traditions. It emphasizes that principles such as human dignity, justice, solidarity, compassion, and the promotion of life constitute common foundations that enable joint actions in favor of a culture of peace. Furthermore, the study deepens the discussion on interreligious dialogue as a strategy to confront religious fundamentalism and radicalization, understood as phenomena that deny otherness and undermine social coexistence. It concludes that interreligious dialogue, when critically embraced and aligned with human rights and social justice, represents an essential instrument for building positive peace, contributing to overcoming religious intolerance and strengthening pluralistic, inclusive, and democratic societies.

Keywords: Interreligious dialogue; Culture of peace; Religious pluralism; Religious intolerance.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea caracteriza-se por uma crescente diversidade cultural, étnica e religiosa, resultado de processos históricos como a globalização, as migrações, o avanço dos meios de comunicação e a ampliação do acesso à informação. Nesse contexto, diferentes tradições religiosas e sistemas de crenças passam a coexistir de forma mais visível no espaço público, compartilhando territórios, instituições e dinâmicas sociais antes marcadas por maior homogeneidade cultural. Tal pluralismo religioso, embora represente uma riqueza simbólica e cultural significativa, também tem evidenciado tensões, conflitos e manifestações de intolerância que desafiam a convivência pacífica e a coesão social.

A religião, enquanto fenômeno social e cultural, exerce influência profunda na construção de identidades individuais e coletivas, na orientação de valores éticos e morais e na organização da vida comunitária. Ao mesmo tempo, quando instrumentalizada por discursos exclusivistas ou fundamentalistas, pode tornar-se fator de divisão, legitimação de preconceitos e até de violência simbólica ou física. Em diferentes contextos sociais, observa-se o crescimento de atitudes de intolerância religiosa, discriminação contra minorias confessionais e radicalizações que fragilizam o diálogo e comprometem os princípios democráticos e os direitos humanos. Diante desse cenário, torna-se imprescindível refletir sobre estratégias capazes de promover o respeito à diversidade e fortalecer a cultura da paz.

Nesse sentido, o diálogo inter-religioso emerge como uma alternativa ética, social e política relevante para a mediação de conflitos e para a construção de relações mais justas e solidárias entre indivíduos e grupos religiosos distintos. Mais do que uma simples postura de tolerância passiva, o diálogo inter-religioso propõe o encontro, a escuta e o reconhecimento do outro em sua alteridade, sem que isso implique a negação da própria identidade ou convicção de fé. Trata-se de um processo relacional que busca superar estereótipos, desconstruir preconceitos e fomentar a cooperação em torno de valores comuns, como a dignidade da pessoa humana, a justiça social e a promoção da paz.

A relevância do diálogo inter-religioso intensifica-se em um contexto marcado pela polarização social, pelo fortalecimento de discursos de ódio e pela disseminação de narrativas que associam religião a conflito e violência. Tais discursos, muitas vezes amplificados pelas mídias digitais, simplificam realidades complexas e contribuem para a estigmatização de determinadas tradições religiosas. Frente a isso, o diálogo apresenta-se como um instrumento pedagógico e social capaz de promover a educação para o respeito, a convivência democrática e a valorização do pluralismo, reconhecendo que as diferenças não constituem ameaça, mas potencial para o enriquecimento mútuo e a construção coletiva do bem comum.

A cultura da paz, compreendida como um conjunto de valores, atitudes e práticas orientadas pela não violência, pela justiça e pelo respeito aos direitos humanos, encontra no diálogo inter-religioso um de seus pilares fundamentais. As tradições religiosas, apesar de suas especificidades doutrinárias, compartilham princípios éticos que favorecem o cuidado com a vida, a solidariedade e a reconciliação. Quando colocadas em diálogo, essas tradições podem atuar de forma conjunta na prevenção de conflitos, no enfrentamento das desigualdades sociais e na promoção de ações voltadas à paz positiva, entendida não apenas como au-

sência de violência, mas como presença de condições sociais justas e inclusivas.

Entretanto, é necessário reconhecer que o diálogo inter-religioso enfrenta limites e desafios concretos. O avanço dos fundamentalismos e das radicalizações religiosas, marcados por interpretações rígidas e exclusivistas da fé, constitui um dos principais obstáculos à prática dialógica. Tais posturas tendem a negar a legitimidade do outro e a rejeitar qualquer forma de convivência baseada na diversidade. Nesse cenário, refletir criticamente sobre o diálogo inter-religioso como mecanismo de paz implica também analisar suas potencialidades e fragilidades, bem como as condições sociais, culturais e educativas necessárias para sua efetivação.

Diante dessas considerações, o presente artigo tem como objetivo geral analisar o diálogo inter-religioso como um mecanismo de promoção da paz na sociedade contemporânea, a partir da compreensão do pluralismo religioso e da identificação de valores comuns entre diferentes tradições de fé. Como objetivos específicos, busca-se: compreender o papel da religião na sociedade plural; conceituar o diálogo inter-religioso e seus princípios fundamentais; identificar valores éticos compartilhados entre as tradições religiosas; e discutir a contribuição do diálogo para a construção da cultura da paz e o enfrentamento dos fundamentalismos e radicalizações.

A relevância deste estudo justifica-se tanto no âmbito acadêmico quanto social. Do ponto de vista acadêmico, contribui para o aprofundamento das discussões nas áreas das Ciências da Religião, Sociologia, Educação e Direitos Humanos, ao propor uma reflexão crítica sobre a relação entre religião, diálogo e paz. No âmbito social, o trabalho busca oferecer subsídios teóricos que possam orientar práticas educativas, comunitárias e institucionais voltadas à promoção da convivência pacífica e do respeito à diversidade religiosa.

Metodologicamente, o artigo fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter teórico-reflexivo, baseada em revisão bibliográfica de autores e documentos que tratam do pluralismo religioso, do diálogo inter-religioso e da cultura da paz. A estrutura do texto organiza-se em cinco seções, além desta introdução e das considerações finais. Inicialmente, discute-se a relação entre religião, pluralismo e sociedade contemporânea; em seguida, apresenta-se o conceito de diálogo inter-religioso; posteriormente, analisam-se os valores comuns entre as tradições religiosas; e, por fim, examina-se o diálogo inter-religioso como mecanismo de paz, com ênfase na cultura da paz e no combate aos fundamentalismos e radicalizações. As considerações finais retomam os principais argumentos e apontam perspectivas para estudos futuros.

2 RELIGIÃO, PLURALISMO E SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A sociedade contemporânea é marcada por profundas transformações sociais, culturais e simbólicas que impactam diretamente a forma como a religião se manifesta e se relaciona com o espaço público. Entre essas transformações, destaca-se o pluralismo religioso, entendido como a coexistência de múltiplas tradições de fé, crenças, práticas espirituais e formas de religiosidade em um mesmo contexto social. Tal pluralismo constitui uma das características estruturantes das sociedades modernas e pós-modernas, exigindo novas formas de interpretação do fenômeno religioso e de sua inserção na vida social.

A religião, enquanto fenômeno social, sempre desempenhou papel central na organização das sociedades humanas, fornecendo sistemas de sentido, orientações éticas e referenciais simbólicos para a vida individual e coletiva. Para Durkheim (1912), a religião deve ser compreendida como um fato social, dotado de força coercitiva e capacidade de moldar comportamentos, valores e normas. Ainda que a modernidade tenha promovido processos de racionalização e secularização, a religião não desapareceu do cenário social; ao contrário, passou por reconfigurações que ampliaram sua diversidade e suas formas de expressão.

O pluralismo religioso emerge, sobretudo, no contexto da modernidade, associando-se à fragmentação das autoridades tradicionais, à consolidação do Estado laico e à ampliação das liberdades individuais. Berger (2017) observa que a modernidade não produziu apenas a secularização, mas também a pluralização, na medida em que diferentes cosmovisões passaram a disputar legitimidade no espaço social. Nesse cenário, a religião deixa de ocupar uma posição hegemônica e passa a coexistir com outras tradições religiosas e visões de mundo, o que transforma profundamente a experiência religiosa e a forma como os indivíduos se relacionam com a fé.

Logo, entende-se que o pluralismo religioso não se limita à multiplicidade de instituições religiosas, mas envolve também a diversificação das trajetórias individuais de crença. Hervieu-Léger (2008) destaca que a religião contemporânea é marcada pela individualização da fé, na qual os sujeitos constroem percursos religiosos próprios, combinando elementos de diferentes tradições ou redefinindo sua vinculação institucional. Esse processo contribui para a ampliação do campo religioso e para o enfraquecimento das fronteiras rígidas entre crenças, ao mesmo tempo em que desafia modelos tradicionais de autoridade religiosa.

No plano social, o pluralismo religioso apresenta-se como um fenômeno ambivalente. Por um lado, representa uma conquista democrática, na medida em que se fundamenta no reconhecimento da liberdade religiosa e do direito à diferença (Berger, 2017). Por outro, pode gerar tensões, conflitos e disputas simbólicas, especialmente quando associado a discursos exclusivistas ou a projetos de poder que instrumentalizam a religião. Nesse sentido, o pluralismo religioso não deve ser compreendido apenas como um dado empírico, mas como um desafio ético e político que exige mecanismos de regulação social e de promoção da convivência pacífica.

A sociologia da religião tem demonstrado que a presença de múltiplas tradições religiosas em um mesmo espaço social tende a intensificar processos de comparação, competição e negociação simbólica. Para Steil (2001), o campo religioso contemporâneo caracteriza-se por uma dinâmica relacional, na qual as religiões se redefinem constantemente em função de sua interação com outras tradições e com o contexto sociocultural mais amplo. Essa dinâmica contribui tanto para a inovação religiosa quanto para o surgimento de resistências e reações fundamentalistas, que buscam reafirmar identidades rígidas frente à diversidade.

No contexto latino-americano e brasileiro, o pluralismo religioso assume contornos específicos. Historicamente marcado pela hegemonia do catolicismo, o campo religioso brasileiro passou, nas últimas décadas, por um processo acelerado de diversificação, impulsionado pelo crescimento do protestantismo pentecostal e neopentecostal, pela reafirmação das religiões de matriz africana,

pela presença de tradições orientais e pela difusão de espiritualidades alternativas. Esse cenário plural revela tanto a vitalidade do fenômeno religioso quanto os desafios relacionados à intolerância, ao racismo religioso e à desigualdade de reconhecimento entre diferentes tradições (Oro; Steil, 2013).

A pluralização religiosa, entretanto, não ocorre de forma dissociada de outras dimensões da vida social. Ela se articula com processos de globalização, migração e circulação transnacional de ideias e práticas culturais. Castells (2018) destaca que as redes globais de comunicação ampliaram o contato entre diferentes tradições religiosas, tornando o pluralismo uma experiência cotidiana em diversas sociedades. Ao mesmo tempo, essas interconexões globais podem intensificar conflitos identitários, especialmente quando associadas a discursos de exclusão e polarização.

Nesse contexto, a relação entre religião e espaço público torna-se particularmente relevante. Habermas (2007) argumenta que as sociedades pluralistas precisam desenvolver formas de diálogo entre visões religiosas e seculares, reconhecendo a legitimidade da religião na esfera pública sem comprometer os princípios da laicidade e da democracia. A presença pública da religião, portanto, exige uma postura reflexiva que possibilite a convivência entre diferentes sistemas de valores e racionalidades, evitando tanto a imposição religiosa quanto a marginalização das expressões de fé.

O pluralismo religioso também evidencia a necessidade de superar concepções reducionistas que associam religião exclusivamente a conflito ou atraso social. Embora seja inegável que a religião possa ser instrumentalizada para justificar violência e exclusão, ela também desempenha papel fundamental na promoção da solidariedade, da justiça social e da construção de sentidos compartilhados. Como destaca Geertz (1989), a religião fornece modelos de e para a realidade, influenciando a maneira como os indivíduos interpretam o mundo e orientam suas ações.

Dessa forma, compreender a relação entre religião, pluralismo e sociedade contemporânea implica reconhecer tanto as potencialidades quanto os riscos inerentes à diversidade religiosa. A partir do que observa Berger (2017), o pluralismo não garante, por si só, a convivência pacífica; ao contrário, exige práticas sociais e educativas que promovam o reconhecimento do outro e a valorização da diferença. É nesse ponto que se abre espaço para o diálogo inter-religioso como resposta ética e política aos desafios colocados pela diversidade de crenças.

3 O CONCEITO DE DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

O diálogo inter-religioso constitui uma categoria central para a compreensão das relações entre diferentes tradições de fé em sociedades marcadas pelo pluralismo religioso. Trata-se de um conceito que emerge com maior força no contexto contemporâneo, especialmente a partir da segunda metade do século XX, como resposta aos conflitos religiosos, às tensões culturais e aos desafios éticos colocados pela convivência entre diferentes crenças no espaço público (Panikkar, 1998). O diálogo inter-religioso não se limita a um exercício teórico ou institucional, mas configura-se como uma prática social, ética e política voltada à construção da paz, do respeito mútuo e da cooperação entre grupos religiosos distintos.

Do ponto de vista conceitual, o diálogo inter-religioso pode ser compreendido como um processo de encontro e comunicação entre pessoas e comunidades pertencentes a diferentes tradições religiosas, orientado pela escuta, pelo reconhecimento da alteridade e pela busca de compreensão mútua. Panikkar (1998) destaca que o diálogo não é apenas troca de informações, mas um encontro existencial que envolve abertura ao outro e disposição para aprender com a diferença. Nesse sentido, o diálogo pressupõe uma atitude de humildade epistemológica, na qual nenhuma tradição se coloca como detentora absoluta da verdade, sem que isso implique relativização ou negação das próprias convicções de fé. É fundamental distinguir o diálogo inter-religioso de conceitos frequentemente associados a ele, como tolerância, relativismo e sincretismo. A tolerância, embora represente um avanço em relação à intolerância e à perseguição religiosa, pode assumir uma postura passiva, limitada à mera facilidade da existência do outro, sem promover um encontro eficaz. O relativismo, por sua vez, tende a dissolver as diferenças religiosas ao negar a possibilidade de verdades específicas, o que pode esvaziar o sentido das tradições de fé. Já o sincretismo refere-se à fusão de elementos religiosos diferentes, o que não corresponde ao objetivo do diálogo inter-religioso, que busca preservar as identidades religiosas enquanto promove o respeito e a cooperação entre elas (Teixeira, 2012).

O diálogo inter-religioso fundamenta-se em princípios éticos que orientam sua prática. Entre esses princípios, destacam-se o respeito à dignidade da pessoa humana, a escuta ativa, o reconhecimento da alteridade e a reciprocidade. Segundo Boff (2002), o diálogo autêntico só é possível quando há disposição para reconhecer o outro como legítimo interlocutor, portador de valores, saberes e experiências válidas. Assim, o diálogo inter-religioso não se configura como uma estratégia de convencimento ou proselitismo, mas como um espaço de encontro que valoriza a diversidade e promove a convivência pacífica.

No campo das Ciências da Religião, o diálogo inter-religioso também é compreendido como uma prática hermenêutica. Isso significa que o encontro entre tradições religiosas envolve processos de interpretação e reinterpretação dos próprios símbolos, narrativas e doutrinas à luz da experiência do outro. Gadamer (1999) destaca que todo diálogo autêntico implica a fusão de horizontes, na qual os interlocutores ampliam sua compreensão do mundo a partir do contato com perspectivas diferentes. Aplicado ao campo religioso, esse processo contribui para a superação de visões exclusivistas e para o aprofundamento da própria fé.

Historicamente, o diálogo inter-religioso ganhou maior visibilidade a partir de iniciativas institucionais e documentos internacionais que reconheceram a necessidade de cooperação entre religiões diante dos desafios globais. No âmbito cristão, o Concílio Vaticano II representou um marco significativo ao reconhecer o valor das outras tradições religiosas e incentivar o diálogo como caminho de paz e entendimento mútuo (Concílio Vaticano II, 1965). Paralelamente, organismos internacionais e lideranças religiosas de diferentes tradições passaram a promover encontros e fóruns inter-religiosos voltados à promoção da paz, dos direitos humanos e da justiça social.

Entretanto, o diálogo inter-religioso não se restringe ao âmbito institucional ou teológico. Ele se manifesta também no cotidiano das relações sociais, especialmente em contextos marcados pela diversidade religiosa, como escolas, comunidades, espaços de trabalho e políticas públicas. Nesse sentido, o diálogo assume uma dimensão pedagógica, contribuindo para a formação de sujeitos

capazes de conviver com a diferença de forma crítica e respeitosa. Freire (1996) ressalta que o diálogo é um elemento constitutivo da educação libertadora, pois promove a consciência crítica e a construção coletiva do conhecimento. Aplicado ao campo religioso, esse princípio reforça o papel do diálogo inter-religioso na educação para a paz e para a cidadania.

O diálogo inter-religioso também se apresenta como um instrumento estratégico para a prevenção e a mediação de conflitos. Em contextos onde a religião é utilizada como elemento de legitimação de disputas políticas, étnicas ou territoriais, o diálogo pode contribuir para a desconstrução de narrativas de ódio e para a construção de alternativas baseadas na cooperação. Segundo Küng (2010), não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões, e não haverá paz entre as religiões sem diálogo. Essa afirmação evidencia a centralidade do diálogo inter-religioso na construção de uma ordem social mais justa e pacífica.

Apesar de suas potencialidades, o diálogo inter-religioso enfrenta desafios significativos. Entre eles, destacam-se as posturas fundamentalistas e exclusivistas, que rejeitam a legitimidade das outras tradições religiosas e se opõem a qualquer forma de diálogo. Essas posturas tendem a interpretar o diálogo como ameaça à identidade religiosa, ignorando que o encontro com o outro pode fortalecer, e não enfraquecer, a própria fé. Além disso, desigualdades de poder entre tradições religiosas majoritárias e minoritárias podem comprometer a horizontalidade do diálogo, exigindo atenção às condições sociais e políticas em que ele se realiza (Silva, 2015).

A instrumentalização do diálogo inter-religioso também um ponto fulcral no debate. Quando utilizado apenas como estratégia retórica ou como ferramenta de legitimação institucional, o diálogo perde seu caráter transformador e torna-se superficial. Para que seja autêntico, o diálogo deve estar comprometido com ações concretas de promoção da justiça, da igualdade e da paz (Kung, 2010). Nesse sentido, o diálogo inter-religioso não pode ser dissociado do engajamento ético e social das tradições religiosas frente às desigualdades e violências que marcam a sociedade contemporânea.

Panikkar (1998) observa que o conceito de diálogo inter-religioso ultrapassa a ideia de simples convivência entre crenças diferentes e afirma-se como uma prática ética, hermenêutica e social orientada para a construção da paz. Fundamentado na escuta, no respeito e no reconhecimento da alteridade, o diálogo inter-religioso contribui para a superação da intolerância religiosa e para o fortalecimento da cultura democrática. Ele reconhece a pluralidade como uma realidade constitutiva da sociedade contemporânea, apresentado-se como um caminho indispensável para a promoção da dignidade humana, da justiça social e da convivência pacífica, preparando o terreno para a análise dos valores comuns entre as tradições religiosas, tema do próximo capítulo.

4 VALORES COMUNS ENTRE AS TRADIÇÕES RELIGIOSAS

A diversidade religiosa que caracteriza a sociedade contemporânea não impede a identificação de um núcleo ético compartilhado entre distintas tradições de fé. Embora cada religião possua doutrinas, rituais, narrativas simbólicas e sistemas teológicos próprios, é possível reconhecer a existência de valores comuns que atravessam essas tradições e orientam suas compreensões sobre a vida, a

convivência social e o sentido da existência humana (Galtung, 1996). A identificação desses valores constitui um dos fundamentos centrais do diálogo inter-religioso, pois revela que a diversidade de crenças não exclui a possibilidade de cooperação ética e compromisso comum com a paz e a dignidade humana.

Do ponto de vista das Ciências da Religião e da Filosofia Moral, os valores comuns entre as tradições religiosas podem ser compreendidos como princípios éticos universais que se expressam de modos particulares em diferentes contextos culturais e históricos. Küng (2010) defende que, apesar das divergências dogmáticas, as grandes religiões do mundo compartilham um “mínimo ético” necessário para a sobrevivência da humanidade, fundamentado no respeito à vida, na justiça, na solidariedade e na responsabilidade coletiva. Esse núcleo ético comum não elimina as diferenças, mas possibilita a construção de consensos mínimos para a convivência pacífica em sociedades pluralistas.

Entre os valores mais recorrentes nas tradições religiosas, destaca-se a dignidade da pessoa humana. Independentemente da forma como é teologicamente fundamentada — seja pela ideia de criação divina, pela noção de imagem e semelhança com o sagrado ou pela sacralidade da vida —, a dignidade humana aparece como princípio central que orienta normas morais e práticas sociais. Para Boff (2003), o reconhecimento da dignidade humana constitui o eixo ético das religiões, pois estabelece limites à violência, à exploração e à desumanização do outro. Nesse sentido, o diálogo inter-religioso encontra na dignidade humana um ponto de convergência capaz de sustentar ações conjuntas em defesa da vida e dos direitos humanos.

Outro valor amplamente compartilhado é o da justiça, compreendida como a busca por relações sociais equitativas e pela superação das desigualdades que negam a dignidade humana. Nas tradições religiosas, a justiça não se limita a uma dimensão jurídica, mas assume um caráter ético e espiritual, vinculando-se à responsabilidade do ser humano para com o próximo e com a comunidade. Ricoeur (1995) observa que a justiça, nas religiões, está profundamente associada à ideia de reconhecimento do outro como sujeito de direitos e deveres, o que reforça sua centralidade na construção de sociedades mais justas e inclusivas.

A solidariedade e a fraternidade também figuram entre os valores comuns que atravessam as tradições religiosas. Esses valores expressam a compreensão de que a vida humana é essencialmente relacional e de que o cuidado com o outro constitui um imperativo ético. Em diferentes tradições, esse princípio manifesta-se por meio do amor ao próximo, da caridade, da compaixão e da hospitalidade. Segundo Panikkar (1998), a fraternidade não deve ser entendida apenas como um sentimento moral, mas como uma atitude existencial que reconhece a interdependência entre os seres humanos. Essa concepção reforça a importância do diálogo inter-religioso como espaço de construção de vínculos solidários em contextos marcados pela fragmentação social.

A compaixão ocupa lugar central em diversas tradições religiosas e representa um valor fundamental para a promoção da paz. Compreendida como a capacidade de reconhecer o sofrimento do outro e agir para aliviá-lo, a compaixão transcende fronteiras religiosas e culturais. Dalai Lama (2000) argumenta que a compaixão constitui a base ética comum da humanidade, independentemente de crenças religiosas específicas. No contexto do diálogo inter-religioso, a compaixão favorece a superação de preconceitos e a construção de relações basea-

das na empatia e no respeito mútuo.

O cuidado com a vida e com a criação, que assume relevância crescente diante das crises socioambientais contemporâneas, é um valor a ser compreendido. Muitas tradições religiosas reconhecem a natureza como sagrada ou como dom que deve ser preservado, o que fundamenta uma ética do cuidado e da responsabilidade ecológica. Para Boff (2012), a espiritualidade do cuidado, presente em diversas religiões, pode servir de base para uma ética global voltada à sustentabilidade e à justiça socioambiental. Nesse sentido, os valores religiosos comuns contribuem não apenas para a paz entre os povos, mas também para a preservação das condições que tornam a vida possível.

A não violência e a busca pela paz constituem outro eixo ético compartilhado entre as tradições religiosas, ainda que historicamente a religião também tenha sido associada a conflitos e guerras. A paz, nas religiões, não se reduz à ausência de conflitos armados, mas envolve a harmonia interior, a reconciliação social e a justiça. Galtung (1996) distingue a paz negativa, caracterizada pela ausência de violência direta, da paz positiva, que pressupõe a presença de estruturas sociais justas. Muitas tradições religiosas convergem nessa compreensão ampliada da paz, o que reforça o papel do diálogo inter-religioso na promoção de uma cultura de não violência e reconciliação.

É importante ressaltar que o reconhecimento de valores comuns não implica a negação das diferenças doutrinárias ou teológicas entre as religiões. Pelo contrário, o diálogo inter-religioso parte do pressuposto de que as diferenças são constitutivas da identidade religiosa e devem ser respeitadas. O que se propõe é a identificação de pontos de convergência ética que permitam a cooperação sem homogeneização. Segundo Teixeira (2012), o desafio do diálogo consiste em articular unidade e diversidade, reconhecendo que os valores comuns se expressam de formas distintas em cada tradição.

No contexto das sociedades pluralistas, a valorização desses princípios éticos compartilhados assume relevância política e social. O pluralismo religioso, quando desprovido de mecanismos de diálogo, pode dar lugar à fragmentação social e à intensificação de conflitos identitários. Nesse cenário, os valores comuns entre as tradições religiosas funcionam como base para a construção de um ethos público capaz de sustentar a convivência democrática. Habermas (2007) destaca que as religiões podem oferecer recursos morais importantes para o debate público, desde que estejam dispostas a traduzir seus valores em uma linguagem acessível e dialogável no espaço secular.

A educação desempenha papel fundamental na valorização dos valores comuns entre as tradições religiosas. A formação para o diálogo e para o respeito à diversidade exige práticas educativas que promovam o conhecimento mútuo e a desconstrução de estereótipos. Freire (1996) enfatiza que a educação dialógica contribui para a formação de sujeitos críticos e comprometidos com a transformação social. Aplicada ao campo religioso, essa perspectiva reforça a importância de abordar os valores comuns como instrumento pedagógico para a promoção da paz e da cidadania.

Por fim, a identificação e a valorização dos valores comuns entre as tradições religiosas fortalecem o diálogo inter-religioso como mecanismo de enfrentamento do fundamentalismo e das radicalizações. Panikkar (1998) analisa que nenhuma tradição detém o monopólio da ética ou da verdade moral, por isso o

diálogo baseado em valores compartilhados contribui para a superação de posturas exclusivistas e para a construção de relações mais horizontais. Nesse sentido, os valores comuns não apenas fundamentam o diálogo, mas também orientam práticas concretas de cooperação inter-religiosa em prol da justiça social, da paz e da dignidade humana

5 DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO COMO MECANISMO DE PAZ: A CULTURA DA PAZ E O COMBATE AO FUNDAMENTALISMOS E RADICALIZAÇÕES

O diálogo inter-religioso assume centralidade estratégica nas sociedades contemporâneas marcadas pelo pluralismo, pela intensificação das diferenças culturais e pelo recrudescimento de conflitos identitários. Em um cenário global atravessado por desigualdades sociais, crises políticas, fluxos migratórios e disputas simbólicas, a religião permanece como força ambígua: pode atuar tanto como instrumento de pacificação quanto como fator de legitimação de violências e exclusões. Nesse contexto, compreender o diálogo inter-religioso como mecanismo de paz implica situá-lo no interior de uma perspectiva mais ampla de cultura da paz, articulada ao enfrentamento crítico dos fundamentalismos e das radicalizações religiosas.

A noção de cultura da paz foi sistematizada no âmbito dos organismos internacionais, especialmente pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), como um conjunto de valores, atitudes, comportamentos e práticas orientadas pela não violência, pelo respeito aos direitos humanos, pela justiça social e pela convivência democrática (UNESCO, 1999). Diferentemente de uma concepção negativa de paz, entendida apenas como ausência de guerra ou de conflito armado, a cultura da paz propõe uma compreensão positiva, que envolve a construção ativa de condições sociais, políticas e culturais capazes de prevenir conflitos e promover relações baseadas na cooperação e na solidariedade. Nessa perspectiva, o diálogo inter-religioso emerge como um dos pilares fundamentais para a consolidação de práticas sociais orientadas à paz duradoura.

As tradições religiosas, apesar de suas diferenças doutrinárias e rituais, compartilham narrativas, símbolos e valores éticos que favorecem a promoção da paz, como a dignidade da vida humana, a justiça, a compaixão, o perdão e a reconciliação. Quando colocadas em diálogo, essas tradições ampliam sua capacidade de atuação social, contribuindo para a construção de consensos éticos mínimos indispensáveis à convivência em sociedades plurais. Küng (2010) afirma que não haverá paz entre as nações sem paz entre as religiões, e que essa paz só é possível por meio do diálogo. Essa afirmação destaca o papel estruturante do diálogo inter-religioso como mediação simbólica e prática frente às tensões globais.

O diálogo inter-religioso, enquanto mecanismo de paz, atua em diferentes níveis. No plano simbólico, contribui para a desconstrução de estereótipos e preconceitos associados a determinadas tradições religiosas, frequentemente apresentadas de forma reducionista como violentas ou incompatíveis com a modernidade. No plano social, favorece a cooperação entre comunidades religiosas em ações voltadas ao enfrentamento da pobreza, da exclusão social e das violações de direitos humanos. No plano político, fortalece a defesa da liberdade religiosa

e da laicidade do Estado, compreendida não como negação da religião no espaço público, mas como garantia de igualdade e respeito entre diferentes crenças (Habermas, 2007).

Entretanto, a promoção da cultura da paz por meio do diálogo inter-religioso enfrenta desafios significativos, especialmente diante do avanço dos fundamentalismos e das radicalizações religiosas. O fundamentalismo pode ser compreendido como uma postura que absolutiza interpretações específicas de textos sagrados, rejeita a pluralidade e nega legitimidade às demais tradições religiosas ou visões de mundo. Embora o termo tenha origem no contexto do protestantismo norte-americano do início do século XX, hoje é aplicado, de forma mais ampla, a diferentes expressões religiosas que adotam posturas rígidas, exclusivistas e frequentemente hostis ao diálogo (Armstrong, 2001).

As radicalizações religiosas, por sua vez, manifestam-se quando crenças e identidades religiosas são instrumentalizadas para justificar ações violentas, discursos de ódio ou projetos políticos autoritários. Tais processos não podem ser explicados exclusivamente por fatores teológicos, mas devem ser compreendidos à luz de contextos sociais marcados por desigualdades, exclusões, crises identitárias e disputas por poder simbólico e material. Como aponta Castells (2018), identidades religiosas radicalizadas frequentemente emergem como formas de resistência a processos de globalização percebidos como ameaças culturais, ainda que essa resistência assuma contornos violentos e excludentes.

Nesse cenário, o diálogo inter-religioso apresenta-se como uma estratégia de enfrentamento dos fundamentalismos, não por meio da negação da religião, mas pela valorização de interpretações abertas, contextualizadas e comprometidas com a dignidade humana. Panikkar (1998) enfatiza que o diálogo autêntico não busca eliminar as diferenças, mas permitir que elas coexistam de forma criativa, sem que uma tradição se imponha sobre as outras. Essa perspectiva contribui para a superação de leituras literalistas e autorreferenciais das tradições religiosas, abrindo espaço para hermenêuticas que reconheçam a historicidade dos textos sagrados e a pluralidade de sentidos possíveis.

A educação desempenha papel central nesse processo. A promoção do diálogo inter-religioso como mecanismo de paz exige práticas educativas que desenvolvam a capacidade crítica, a empatia e o reconhecimento do outro. Freire (1996) destaca que o diálogo é condição ontológica da educação libertadora, pois possibilita a construção coletiva do conhecimento e a superação de relações opressoras. No campo religioso, essa abordagem contribui para a formação de sujeitos capazes de vivenciar sua fé de forma reflexiva, aberta ao encontro e comprometida com a justiça social. A educação inter-religiosa, nesse sentido, constitui uma ferramenta fundamental para a prevenção da intolerância e da radicalização, especialmente entre jovens.

Outro aspecto relevante diz respeito à atuação das religiões no espaço público. Em sociedades democráticas e pluralistas, o diálogo inter-religioso fortalece a participação responsável das tradições religiosas em debates públicos sobre ética, direitos humanos e políticas sociais. Habermas (2007) defende a necessidade de uma tradução recíproca entre linguagens religiosas e seculares, de modo que argumentos de inspiração religiosa possam contribuir para o debate público sem violar os princípios da racionalidade democrática. O diálogo inter-religioso, nesse contexto, atua como mediação entre diferentes racionalidades, favorecen-

do a construção de consensos mínimos orientados ao bem comum.

Experiências concretas de diálogo inter-religioso ao redor do mundo demonstram seu potencial transformador. Fóruns inter-religiosos, conselhos de líderes religiosos, iniciativas comunitárias e projetos sociais conjuntos têm contribuído para a redução de conflitos, a promoção da reconciliação e o fortalecimento da coesão social em contextos marcados por violência e polarização. Essas experiências evidenciam que o diálogo inter-religioso não se limita ao nível discursivo, mas se traduz em práticas concretas de solidariedade e cooperação, reforçando a cultura da paz em nível local e global (Teixeira, 2012).

Contudo, é necessário reconhecer os limites do diálogo inter-religioso. Ele não pode ser compreendido como solução automática ou universal para todos os conflitos envolvendo religião. Quando realizado de forma superficial, sem enfrentamento das desigualdades estruturais e das relações assimétricas de poder entre tradições religiosas, o diálogo corre o risco de se tornar meramente retórico. Além disso, a exclusão de grupos religiosos minoritários ou a predominância de lideranças institucionalizadas pode comprometer a representatividade e a efetividade das iniciativas de diálogo. Por isso, o diálogo inter-religioso deve estar articulado a políticas públicas de promoção da igualdade, da justiça social e da liberdade religiosa (Oro; Steil, 2013).

O combate aos fundamentalismos e às radicalizações religiosas exige, portanto, uma abordagem integrada que combine diálogo, educação, justiça social e fortalecimento das instituições democráticas. O diálogo inter-religioso, nesse sentido, não se opõe à afirmação identitária, mas propõe uma identidade aberta, capaz de reconhecer a alteridade como constitutiva da própria experiência humana. Como destaca Boff (2002), a paz não é resultado da homogeneização, mas da convivência criativa entre diferenças que se reconhecem mutuamente.

Nesse sentido, entende-se que o diálogo inter-religioso se configura como um mecanismo fundamental para a construção da cultura da paz em sociedades pluralistas. Ao promover o encontro, a escuta e a cooperação entre tradições religiosas, contribui para a superação da intolerância, do fundamentalismo e das radicalizações que ameaçam a convivência democrática. Mais do que uma estratégia de gestão de conflitos, o diálogo inter-religioso afirma-se como prática ética e política comprometida com a dignidade humana, a justiça social e a promoção de uma paz positiva e duradoura. Logo, sua consolidação depende do engajamento das religiões, das instituições educacionais, do Estado e da sociedade civil na construção de um horizonte comum orientado pelo respeito, pela solidariedade e pelo reconhecimento da diversidade como valor constitutivo da vida social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo central analisar o diálogo inter-religioso como um mecanismo de promoção da paz na sociedade contemporânea, considerando o contexto do pluralismo religioso, a identificação de valores éticos comuns entre as tradições de fé e os desafios impostos pelos fundamentalismos e radicalizações. Ao longo do trabalho, buscou-se demonstrar que a diversidade religiosa, longe de constituir um problema em si mesma, representa uma realidade constitutiva das sociedades democráticas atuais e pode se transformar em um importante potencial de cooperação, justiça social e convivência pacífica

quando mediada pelo diálogo.

Inicialmente, evidenciou-se que a religião permanece como um elemento socialmente relevante, mesmo em contextos marcados pela secularização e pela racionalização da vida social. A pluralização do campo religioso, intensificada por processos como a globalização, as migrações e a ampliação das liberdades individuais, redefiniu as formas de pertencimento religioso e ampliou as possibilidades de expressão da fé. Contudo, essa pluralidade também trouxe à tona tensões, conflitos simbólicos e manifestações de intolerância, revelando a necessidade de mecanismos éticos e sociais capazes de mediar as diferenças e promover o reconhecimento mútuo entre as tradições religiosas.

Nesse cenário, o diálogo inter-religioso foi compreendido não como uma estratégia meramente retórica ou institucional, mas como uma prática ética, relacional e pedagógica, fundamentada na escuta, no respeito à alteridade e na valorização da dignidade da pessoa humana. O diálogo mostrou-se distinto de posturas como a tolerância passiva ou o relativismo, uma vez que preserva as identidades religiosas ao mesmo tempo em que promove o encontro e a cooperação. Trata-se, portanto, de um processo que exige abertura, humildade epistemológica e compromisso com a convivência democrática, sem negar as especificidades de cada tradição de fé.

A análise dos valores comuns entre as tradições religiosas revelou que, apesar das diferenças doutrinárias, há um núcleo ético compartilhado que atravessa as grandes religiões do mundo. Valores como a dignidade humana, a justiça, a solidariedade, a compaixão, o cuidado com a vida e a busca pela paz constituem fundamentos morais que sustentam a possibilidade do diálogo inter-religioso. Esses valores comuns não anulam as diferenças, mas oferecem uma base ética sólida para ações conjuntas em prol do bem comum, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais, exclusão e violência.

O capítulo central do estudo demonstrou que o diálogo inter-religioso desempenha papel estratégico na construção da cultura da paz e no combate aos fundamentalismos e radicalizações religiosas. Evidenciou-se que tais fenômenos, ao adotarem posturas exclusivistas e absolutistas, negam a legitimidade do outro e comprometem a convivência democrática. O diálogo inter-religioso, ao contrário, contribui para a desconstrução de discursos de ódio, para a prevenção de conflitos e para a promoção da paz positiva, entendida como a presença de justiça social, equidade e respeito aos direitos humanos. Nesse sentido, o diálogo não se limita à dimensão religiosa, mas articula-se com políticas públicas, educação, direitos humanos e práticas comunitárias.

Destacou-se ainda que o diálogo inter-religioso possui uma dimensão educativa fundamental. Ao fomentar a educação para o respeito à diversidade e para a convivência plural, ele contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de reconhecer a diferença como valor e não como ameaça. Em ambientes escolares, universitários e comunitários, o diálogo inter-religioso pode atuar como ferramenta pedagógica para o enfrentamento da intolerância religiosa, do racismo religioso e da polarização social, fortalecendo a cidadania e a cultura democrática.

Entretanto, reconhece-se que o diálogo inter-religioso enfrenta limites e desafios concretos. As assimetrias de poder entre tradições religiosas, a instrumentalização política da religião e a resistência de grupos fundamentalistas consti-

tuem obstáculos reais à prática dialógica. Tais desafios reforçam a necessidade de que o diálogo seja acompanhado por compromissos éticos consistentes e por ações estruturais voltadas à promoção da igualdade, da justiça social e do reconhecimento das minorias religiosas.

Como contribuição acadêmica, este estudo reforça a importância do diálogo inter-religioso como categoria analítica relevante para as Ciências da Religião, a Sociologia, a Educação e os Estudos sobre Direitos Humanos. Ao articular pluralismo, valores comuns e cultura da paz, o trabalho amplia o debate sobre o papel social das religiões em contextos plurais e oferece subsídios teóricos para práticas inter-religiosas comprometidas com a paz.

Por fim, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem investigações empíricas sobre experiências concretas de diálogo inter-religioso em contextos educativos, comunitários e institucionais, bem como análises comparativas entre diferentes realidades socioculturais. Tais estudos podem contribuir para o fortalecimento de práticas dialógicas capazes de transformar a diversidade religiosa em um verdadeiro instrumento de paz e de promoção da dignidade humana na sociedade contemporânea.

REFERÊNCIAS

- ARMSTRONG, Karen. *Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BERGER, Peter L. *Os múltiplos altares da modernidade: rumo a um paradigma da religião numa época pluralista*. Petrópolis: Vozes, 2017.
- BOFF, Leonardo. *Ética e moral: a busca dos fundamentos*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- BOFF, Leonardo. *Sustentabilidade: o que é – o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BOFF, Leonardo. *Ética da vida*. Brasília: Letraviva, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2018.
- CONCÍLIO VATICANO II. *Declaração Nostra Aetate*. Vaticano, 1965.
- DALAI LAMA. *Ética para um novo milênio*. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.
- DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1912.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GALTUNG, Johan. *Peace by peaceful means: peace and conflict, development and civilization*. Oslo: PRIO, 1996.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.
- HABERMAS, Jürgen. *Entre naturalismo e religião*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2007.
- HERVIEU-LÉGER, Danièle. *O peregrino e o convertido: a religião em movimento*. Petrópolis: Vozes, 2008.
- KÜNG, Hans. *Projeto de ética mundial*. São Paulo: Paulinas, 2010.
- ORO, Ari Pedro; STEIL, Carlos Alberto (org.). *Globalização e religião*. Petrópolis: Vozes, 2013.

- PANIKKAR, Raimon. *O diálogo indispensável: paz entre as religiões*. São Paulo: Paulinas, 1998.
- RICOEUR, Paul. *O justo*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. *Intolerância religiosa: impactos do preconceito*. São Paulo: Edusp, 2015.
- STEIL, Carlos Alberto. Pluralismo, modernidade e tradição: transformações do campo religioso. *Ciências Sociais e Religião*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 115-129, 2001.
- TEIXEIRA, Faustino. *O diálogo inter-religioso como caminho de paz*. São Paulo: Paulus, 2012.
- UNESCO. *Declaração e Programa de Ação sobre uma Cultura de Paz*. Paris, 1999.

“Interculturalidade – Senda para o Conhecimento” parte da convicção de que o saber se constrói no encontro entre culturas, histórias e experiências diversas. A obra propõe a interculturalidade como prática crítica, ética e pedagógica, capaz de enfrentar desigualdades, silenciamentos e disputas de poder que marcam a produção do conhecimento. Ao reconhecer que todo saber é situado, o livro defende o diálogo entre vozes plurais, especialmente as historicamente marginalizadas. Mais que coexistência cultural, apresenta um processo de interação transformadora, pautado na escuta, na auto-crítica e no respeito. Em contextos atravessados por colonialismo e injustiças estruturais, a educação emerge como espaço central de formação crítica. A obra convida o leitor a revisitar certezas e a construir, coletivamente, horizontes mais justos e inclusivos para o conhecimento.

ISBN 978-65-84364-18-9



2026